RELATÓRIO E CONTAS

2017

Ligue-se à Ordem

www.occ.pt

ÍNDICE

I. MENSAGEM DA BASTONÁRIA	5
II. ENQUADRAMENTO JURÍDICO	7
III. MISSÃO, VISÃO E VALORES	9
IV. ORGÃOS SOCIAIS	11
4.1. Órgãos Sociais até 5 de março de 2018	11
4.2. Órgãos Sociais para o quadriénio 2018-2021	14
V. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	19
VI. INDICADORES DO ANO 2017	21
VII. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	25
RELATÓRIO DE GESTÃO	28
VIII. ÁREAS DE ATUAÇÃO	29
8.1. Consultoria técnica	29
8.2. Consultoria jurídica	30
8.3. Formação profissional contínua	31
8.4. Apoio social aos membros	37
8.5. Apoio profissional	39
8.6. Relações internacionais	39
IX. ÁREAS DE SUPORTE	41
9.1. Suporte aos Órgãos Sociais	41
9.2. Comunicação e imagem	41
9.3. Funcionamento	43
9.4. Sistemas de informação	44
9.5. Contabilidade	45
9.6. Expediente e correio	45
9.7. Tesouraria	46
9.8 Contratação pública	46
X. COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	51
XI. INFORMAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL	55

XII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO DE 2017	67
XIII. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	69
XIV. RELATÓRIO ANUAL DA ATIVIDADE DO CONSELHO FISCAL	105
XV. PARECER DO CONSELHO FISCAL	109
XVI. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	111

I MENSAGEM DA BASTONÁRIA

Caros(as) colegas,

É intenção do Conselho Diretivo mandatado para 2018 – 2021 promover pela transparência, união e proximidade entre contabilistas certificados e a sua Ordem.

Tendo tomado posse a 5 de março de 2018, materializando tal intenção, o atual Conselho Diretivo iniciou automaticamente os trabalhos de realização do presente Relatório de Atividades e Contas de 2017, de forma a disponibilizar junto dos membros e demais interessados, informação rigorosa e transparente sobre a Ordem dos Contabilistas Certificados, de modo a que todos tenham acesso e conhecimento do atual panorama da instituição.

Apesar das contingências temporais atendendo ao prolongado ato eleitoral, o Conselho Diretivo acredita ter conseguido apresentar informação precisa, útil e honesta, que espelha a atividade da Ordem ao longo de 2017 e, numa fase em que se inicia um novo ciclo na Ordem e na profissão, o presente relatório tem as bases necessárias para servir de base a uma futura análise ao crescimento pelo qual se trabalhará ao longo do mandato 2018 – 2021.

No tocante ao capítulo da informação económica e financeira, o Conselho Diretivo e os serviços de contabilidade da Ordem trabalharam em conjunto para apresentar os dados de forma mais detalhada que em anteriores Relatórios de Atividades e Contas, possibilitando uma análise mais pormenorizada e profunda da política financeira da Ordem.

Nos termos do consagrado no Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados e no âmbito das suas competências, o Conselho Diretivo apresenta à Assembleia Representativa o presente relatório para sua discussão e votação, estando sempre disponível para qualquer esclarecimento adicional.

Com os melhores cumprimentos,

Paula Franco

(Bastonária)

II ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A Ordem foi criada pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro e pela Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, sendo uma pessoa coletiva de direito público representativa dos profissionais que exercem a atividade de contabilista certificado, contabilizando-se, a 31 de dezembro de 2017, 70 443 membros, com distribuição por género de 37 121 mulheres e 33 322 homens.

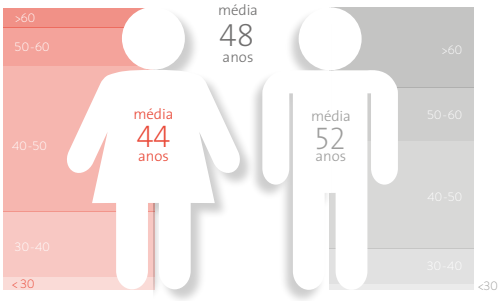
A Instituição tem sede na Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45, Lisboa e 13 representações em todo o território nacional nos seguintes distritos: Vila Real, Braga, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Leiria, Santarém, Castelo Branco, Setúbal, Faro, e nas regiões autónomas dos Açores (Ponta Delgada) e da Madeira (Funchal).

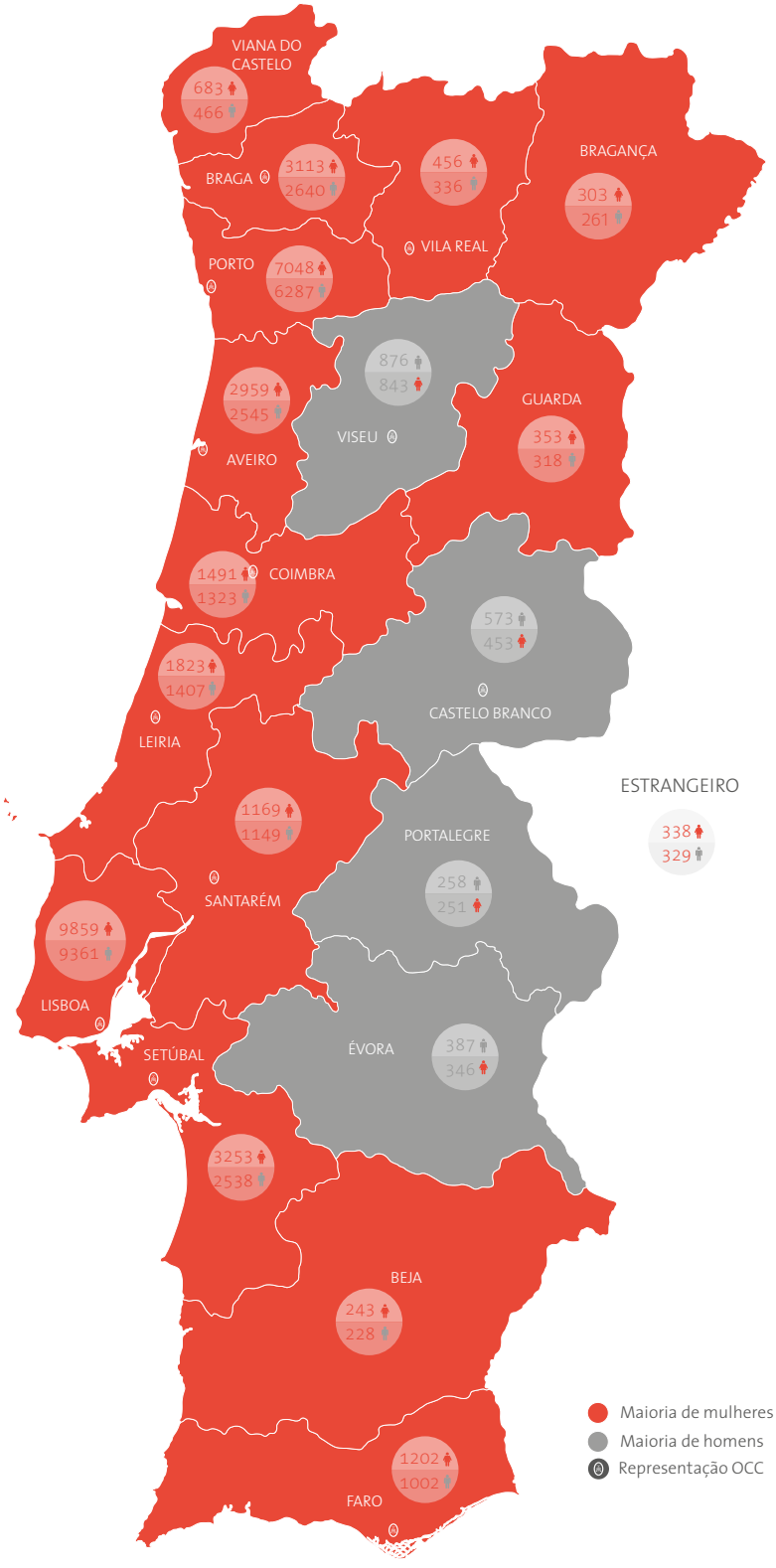
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA POR GÉNERO E IDADE

70 443 Membros

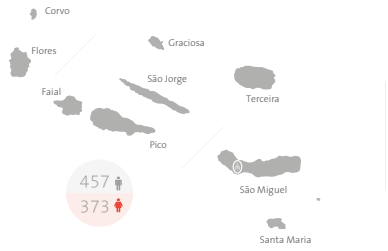
37 121 MULHERES 33 322 HOMENS

Distribuição etária





AÇORES



MADEIRA

Fonte: Dados OCC a 31 de dezembro de 2017

III MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão

A Ordem tem como missão regular e disciplinar a profissão de contabilista certificado, com o objetivo de melhorar as condições para o exercício profissional, credibilizar e dignificar a classe e defender o interesse público da profissão e dos contabilistas certificados.

Visão

Os contabilistas certificados são sinónimo de confiança. Nesse sentido, e percebendo o interesse público da profissão, a Ordem tem como visão a excelência da profissão e dos profissionais, pugnando pelo seu desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuos.

Valores

Competência

Confiança

Excelência

Integridade

Lealdade

Rigor

Sustentabilidade

Transparência

IV ÓRGÃOS SOCIAIS

4.1 - Órgãos sociais até 5 de março de 2018

Os órgãos sociais da Ordem são constituídos pela Assembleia Geral, Bastonária, Conselho Superior, Conselho Diretivo, Conselho Fiscal e Conselho Disciplinar.

a) Assembleia Geral

A Assembleia Geral é constituída por membros da Ordem que estejam no pleno gozo dos seus direitos, competindo-lhe aprovar o relatório de atividades e contas do Conselho Diretivo e parecer do Conselho Fiscal, aprovar o plano de atividades e orçamento anual elaborado pelo Conselho Diretivo e demais deliberações em prol do bom funcionamento da instituição.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

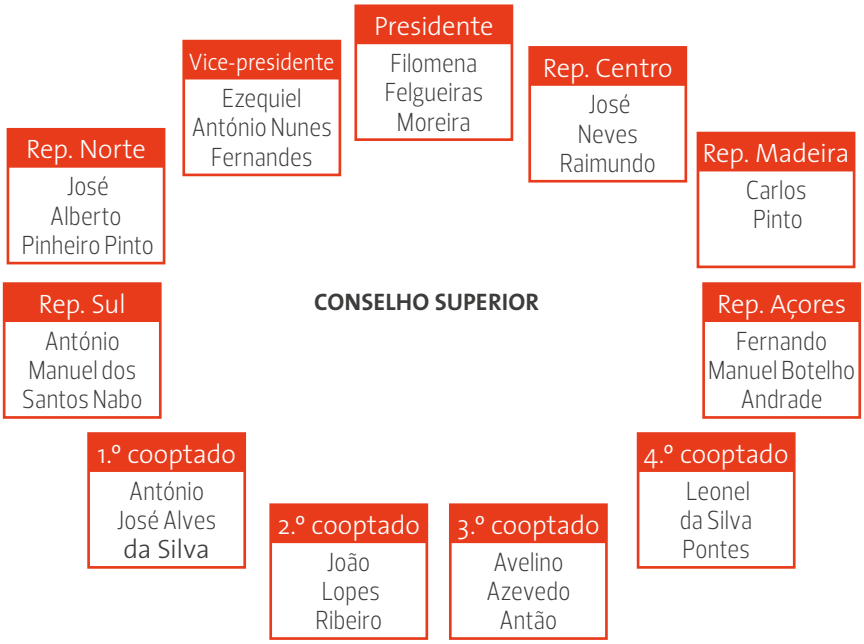
1.º suplente | Manuel Madeira Teixeira
2.º suplente | Isabel Rosa Martins Cunha

b) Bastonário

As competências do Bastonário encontram-se definidas no Estatuto. Em termos gerais, é o responsável máximo pela gestão da Instituição, competindo-lhe, entre outras funções, a representatividade da Ordem e dos profissionais em juízo, ou fora dele.

c) Conselho Superior

O Conselho Superior é um órgão consultivo do Bastonário e do Conselho Diretivo, tem como função ser ouvido e dar parecer sobre a estratégia global da Ordem e emitir parecer sobre o plano de atividades e orçamento, bem como sobre o relatório de atividades.



d) Conselho Diretivo

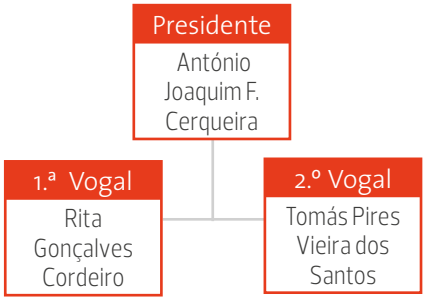
O Conselho Diretivo é o órgão responsável pela implementação da estratégia e funcionamento da Instituição.

4.º Suplente | Elmano Fernandes

e) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem como missão, nos termos do Estatuto, fiscalizar as contas da Ordem e garantir a fidelização das demonstrações financeiras.

CONSELHO FISCAL

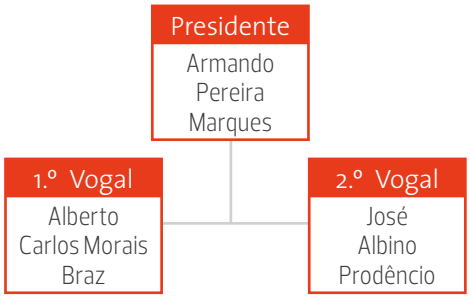


1.º suplente | Manuel de Sousa Seiça
2.º suplente | Maria de Lurdes Rebelo Marques

f) Conselho Disciplinar

Ao Conselho Disciplinar, em termos genéricos, compete-lhe a gestão da ética e deontologia que os profissionais devem observar no exercício da profissão.

CONSELHO DISCIPLINAR



1.º suplente | António Lopes Marques
2.º suplente | José Manuel da Veiga Pereira

4.22 - Órgãos sociais para o quadriénio 2018-2021

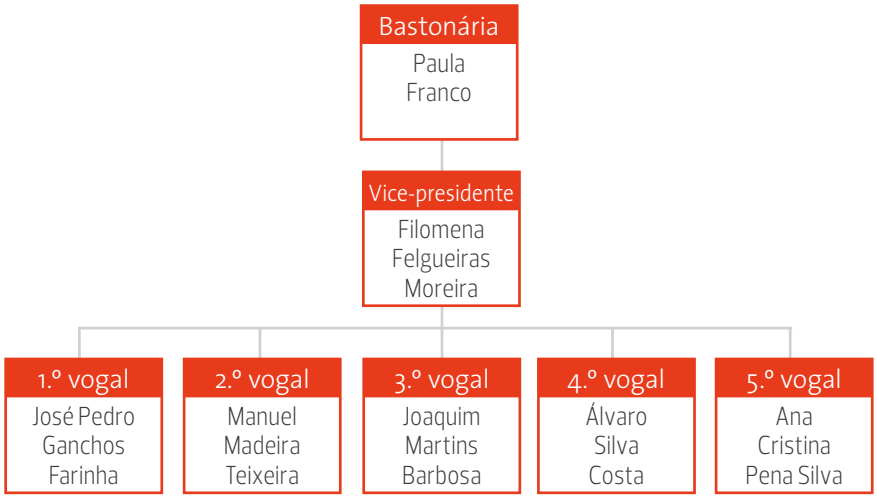
Os órgãos sociais da OCC são constituídos pela Assembleia Representativa, Bastonário, Conselho Diretivo, Conselho Jurisdicional e Conselho Fiscal.

a) Conselho Diretivo

Composto pela Bastonária, um vice-presidente e cinco vogais, eleitos para o mandato 2018 – 2021, compete ao Conselho Diretivo, de acordo com o consagrado no Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados:

- Elaborar, até 30 de novembro de cada ano, o plano de atividades e o orçamento para o ano civil seguinte;
- Arrecadar as receitas e autorizar as despesas da Ordem, nos termos do orçamento aprovado em assembleia representativa;
- Apresentar anualmente à assembleia representativa o relatório e contas respeitantes ao ano civil anterior;
- Aprovar a estrutura organizativa da Ordem;
- Deliberar sobre a criação de comissões permanentes ou eventuais;
- Propor à assembleia representativa o elenco dos colégios da especialidade a criar e designar os membros dos conselhos de especialidade;
- Executar as decisões em matéria disciplinar;
- Deliberar sobre a lista dos membros inscritos na Ordem e respetivas alterações;
- Participar às entidades competentes as sanções de suspensão e de expulsão aplicadas aos membros da Ordem;
- Apreciar e elaborar projetos de regulamentos e submetê-los à assembleia representativa, com o parecer prévio do conselho jurisdicional;
- Proceder à divulgação das condições de acesso;
- Dar o seu laudo indicativo acerca de honorários, quando solicitado por entidades públicas, ou, existindo diferendo, pelas partes intervenientes;
- Propor à assembleia representativa a alteração do valor das taxas de inscrição, quotas e taxas;
- Deliberar sobre a instituição e regulamentação de sistemas de formação profissional;
- Praticar todos os demais atos conducentes à realização dos fins da Ordem e tomar deliberações em todas as matérias que não sejam da competência exclusiva e específica de outros órgãos;
- Através do vice -presidente, representar a Ordem, em juízo ou fora dele, no caso de impedimento do Bastonário;
- Aprovar o seu regimento.

CONSELHO DIRETIVO



1.º suplente | Helena Cristina Almeida da Costa
2.º suplente | Carlos Manuel Fernandes Plácido
3.º suplente | Rui Manuel de Matos Cabral da Silva Conde
4.º suplente | Pedro Nuno Ramos Roque

b) Conselho Jurisdicional

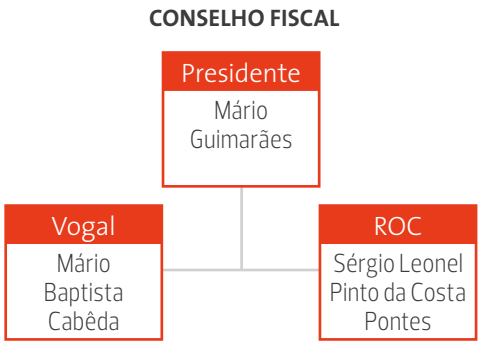
O Conselho Jurisdicional é composto por um presidente e quatro vogais, eleitos para o mandato 2018 – 2021, competindo a este órgão, de acordo com o consagrado no Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados velar pela legalidade da atividade exercida pelos órgãos da Ordem e exercer os poderes disciplinares da Ordem.

CONSELHO JURISDICIONAL

1.º suplente | Eugénio Lourenço da Silva Faca
2.º suplente | Luís Filipe Rui de Oliveira Caetano

c) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é constituído por um presidente, um vogal e um revisor oficial de contas, eleitos para o mandato 2018 – 2021, competindo-lhe, de acordo com o consagrado no Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados: Fiscalizar o cumprimento do plano de atividades e do orçamento da Ordem; Examinar, sempre que o julgue conveniente, os documentos e os registos da contabilidade da Ordem; Emitir parecer sobre o relatório e contas do conselho diretivo; Elaborar, sempre que o julgue conveniente, relatórios da sua atividade, sendo obrigatoriamente elaborado um, anualmente, que é apresentado à assembleia representativa de aprovação de contas; Emitir os pareceres que o Conselho Diretivo lhe solicite, no âmbito das suas competências; Aprovar o seu regimento.



1.º suplente | José António Marques Pereira
2.º suplente | Maria de Lurdes Rebelo Marques

e) Assembleia Representativa

A Assembleia Representativa é constituída por 87 representantes eleitos por círculos eleitorais, competindo-lhe, de acordo com o consagrado no Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados: Apreciar e votar o orçamento e plano de atividades; Apreciar e votar o relatório anual, as contas do exercício e o relatório anual do conselho fiscal; Apreciar e votar as propostas de alteração do Estatuto; Aprovar os regulamentos da Ordem, bem como fixar a taxa de inscrição, quotas e aprovar a proposta de criação de colégios de especialidade; Discutir e aprovar a realização de referendos; Decidir sobre a atribuição e perda da qualidade de membro honorário.

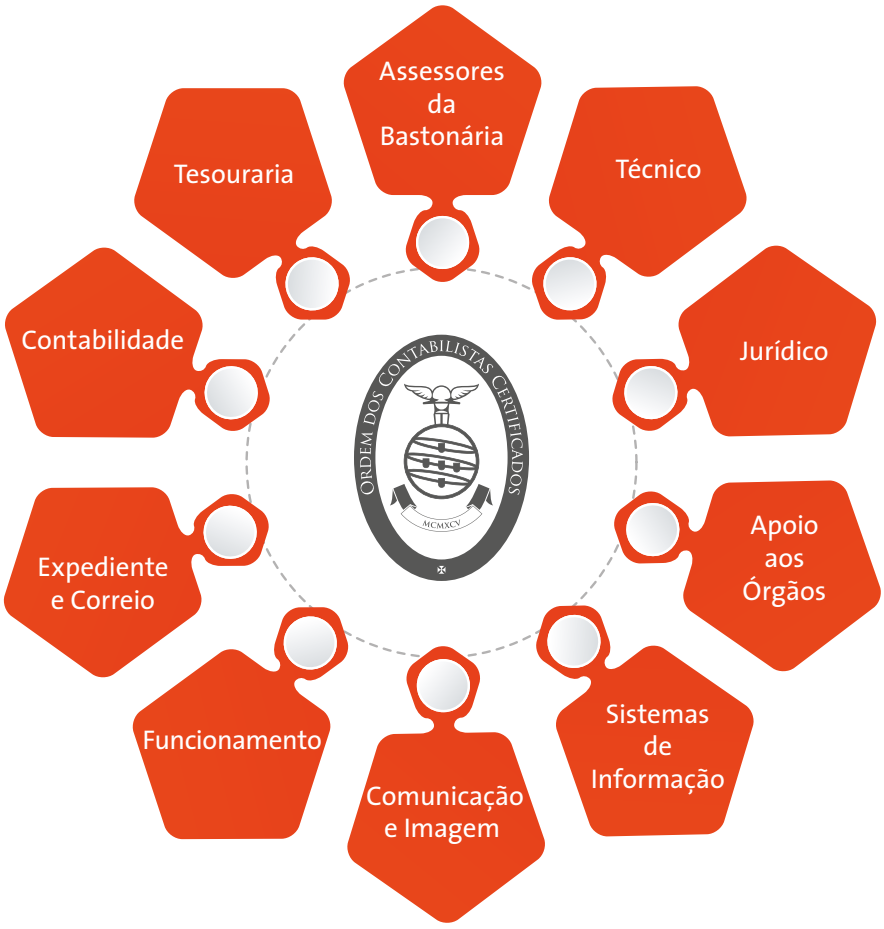
Presidente	
João Batista da Costa Carvalho	
Círculo Eleitoral dos Açores	
Emanuel Norberto Silveira Cordeiro	Gilberto Jorge de Ávila Moniz
Círculo Eleitoral de Aveiro	
Arabela Miranda Vilela Linhares	Carla Manuela Teixeira Carvalho
Daniel Filipe Moreira Lopes	Graça Maria do Carmo Azevedo
João Luís Rodrigues dos Reis	João Manuel Nunes da Madalena
Círculo Eleitoral de Beja	
Luís Miguel de Carvalho Medeiros	Orlando Manuel Barrocas Roque
Círculo Eleitoral de Braga	
Eva Maria Ferreira Salgado	Horácio de Oliveira Lopes Ferreira
João Batista da Costa Carvalho	José Domingos São Bento Rodrigues
José Soares Roriz	Manuel Cruz Gonçalves
Círculo Eleitoral de Bragança	
Aníbal José de Sousa	Rui Jorge da Silva Costa
Círculo Eleitoral de Castelo Branco	
António Mendes Pinto	Sebastião Dias Gomes
Círculo Eleitoral de Coimbra	
Diamantino Pinto Dias da Costa	Fernando Emanuel Pimenta Girão
Marta Cristina Henriques Neto	
Círculo Eleitoral de Évora	
António Manuel dos Santos Nabo	Rui Manuel Gertrudes Herdadinha
Círculo Eleitoral de Faro	
Carlos Manuel Pera Nunes	Custódio Vítor Martins Guerreiro
José Alberto de Brito Pereira	
Círculo Eleitoral da Guarda	
Fernando José Pêga Magro	Rosa Maria da Silva Dias
Círculo Eleitoral de Leiria	
Alexandra Pinheiro Carvalho	António Cerejo Moreira Caseiro
Aurélio Gonçalves Coelho da Silva	Dina Maria Isidoro Carneiro

Círculo Eleitoral de Lisboa	
António dos Santos Caramelo	António de Jesus Nunes
Artur Maria da Silva	Brás José de Sousa Gonçalves Pires
Bruno José Quelhas Henrique Pereira	Carla Mariza Vieira da Costa
Carlos José Castro Alexandre	Francisco José Graça Onofre Ferrão
Guilherme Pereira Lavos	Hugo Manuel Moreira Luís
Luís Arnaldo Santana Bola	Mafalda Pereira Vilarinho Andersen
Manuel José Benavente Rodrigues	Maria Margarida Gonçalves da Silva
Maria Teresa Eva das Neves	Pedro Miguel Baptista Pinheiro
Rosendo Manuel da Silva José	Tânia Cristina Leal Ramalho
Vítor Alexandre Lopes Pereira Vicente	Vítor Lino Soares Martins
Círculo Eleitoral da Madeira	
Manuel Vieira de Sousa	Sérgio Ricardo de Freitas Jesus
Círculo Eleitoral de Portalegre	
José das Neves Raimundo	Paulo Alexandre Vivas Castanho
Círculo Eleitoral do Porto	
Alfredo Luís Pinto Teixeira	António Jorge Pereira Ribeiro
Carlos Alexandre Quelhas Martins	Fernanda Ferreira Miranda de Freitas
Francisco de Oliveira Martins	Hélder Filipe Pereira da Cruz Branco
Joaquim Alexandre de Oliveira e Sousa	José Alberto Pinheiro Pinto
Paulo Jorge Seabra dos Anjos	Pedro Nuno Martins de Moura Areosa
Raquel Vandra da Mota Pinto	Romeu Manuel Almeida de Figueiredo
Rosa Branca Pinto Areias	Vítor Manuel Silva Oliveira
Círculo Eleitoral de Santarém	
Carlos Manuel Boavida Ferreira	João Manuel Lopes Gomes
Júlio Marques Feijão	
Círculo Eleitoral de Setúbal	
Alfredo de Jesus Alves	João Correia Colaço
Maria Lucília Pereira Marques	Maria Rosália da Silva Correia Simões
Paula Margarida Esteves da Costa	Severino Gonçalves de Sousa
Círculo Eleitoral de Viana do Castelo	
Domingos Queirós Martins	Ricardo Viana Felgueiras
Círculo Eleitoral de Vila Real	
António Carlos Gomes Dias	Lara Sofia Ferreira Gomes
Círculo Eleitoral de Viseu	
João Carlos Simões Figueiral	Vítor Aurélio Sobral Monteiro

V ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura interna da Ordem, de forma a responder a todas as necessidades diárias dos contabilistas certificados, é constituída por 119 colaboradores, distribuídos pelos seguintes departamentos e serviços:

Departamentos e serviços



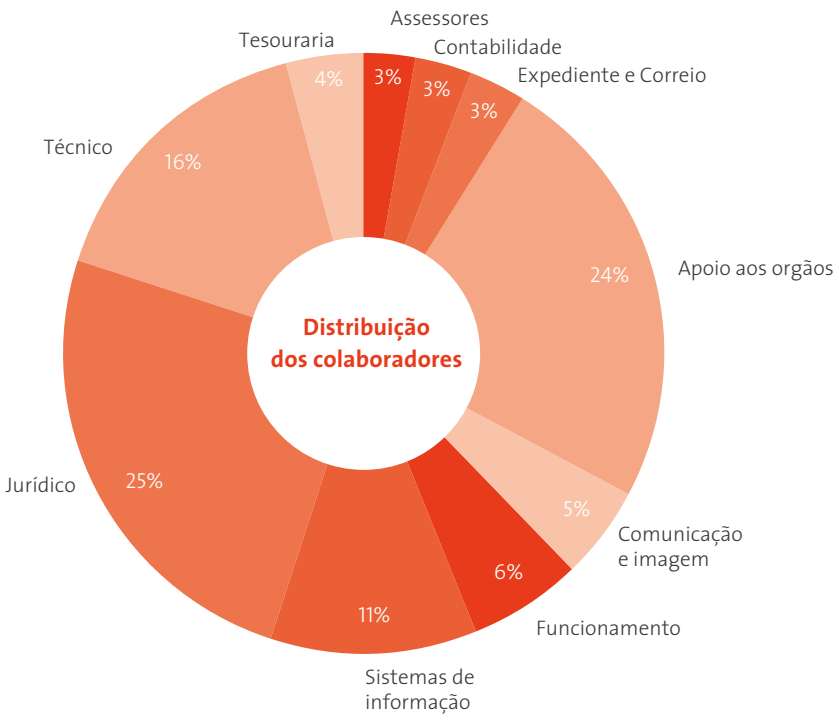
VI INDICADORES DO ANO 2017

No presente capítulo apresentamos um conjunto de informação sintetizada em gráficos que permitem uma fácil leitura e compreensão dos dados relativos a quatro aspetos fulcrais da gestão:

Recursos humanos
Balanço
Demonstração dos resultados
Contratação pública

Um dos principais focos da Ordem, o apoio aos membros, consagra-se também pela alocação dos recursos humanos, em especial nos departamentos técnico e jurídico que permanentemente respondem às necessidades dos membros. Com recursos adequados, os contabilistas certificados têm acesso a um melhor e mais rápido atendimento e apoio técnico. No gráfico seguinte é apresentada a distribuição dos 119 colaboradores pelos diversos departamentos e serviços de apoio.

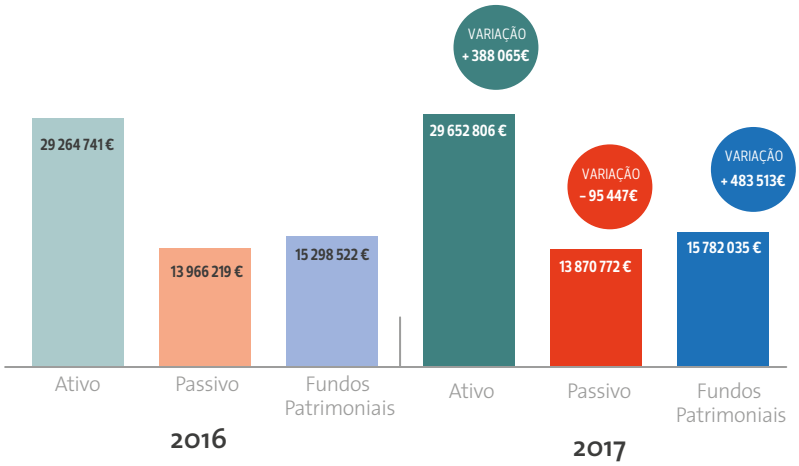
Recursos humanos



Balanço

Da análise ao balanço, o ativo da Ordem apresenta no ano de 2017 um aumento de 29 264 741 € para 29 652 806 €.

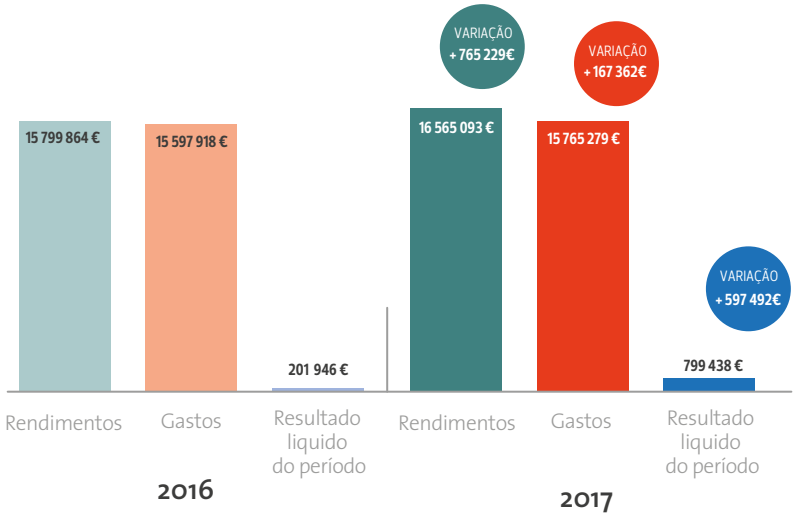
Ativo, passivo e fundos patrimoniais



Demonstração dos Resultados

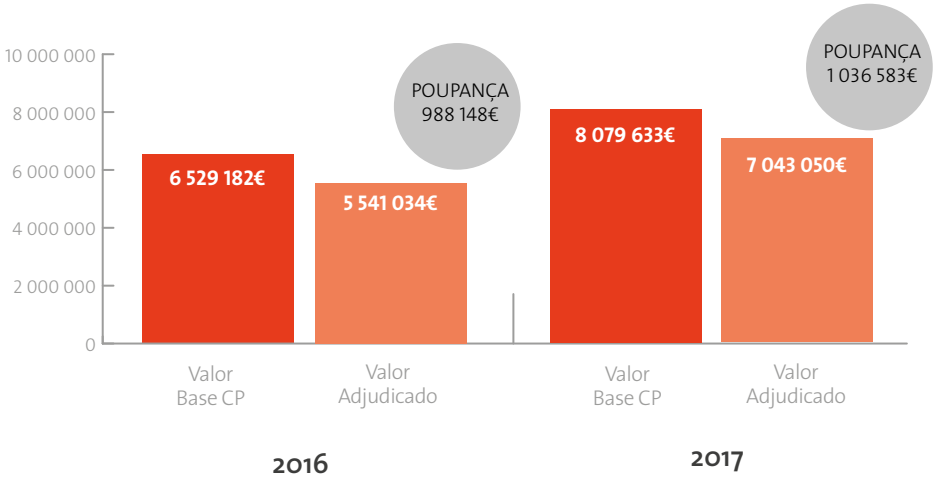
A demonstração dos resultados apresentada no ano de 2017 uma variação positiva do resultado líquido do período de 597 492 euros.

Rendimentos, gastos e resultado do período



Contratação pública

Contratação pública é sinónimo de maior eficiência na gestão dos recursos, permitindo que os rendimentos da Ordem sejam melhor alocados ao serviço dos membros. Nesse sentido, em 2017, foi seguida a política de práticas de contratação pública implementada no passado, verificando-se que a poupança alcançada tem vindo a aumentar significativamente.



VII PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

O ano de 2017 foi repleto de desafios ultrapassados com sucesso e de acontecimentos marcantes para a Ordem dos Contabilistas Certificados. Com o intuito de realizar a sua missão, e tendo sempre por base os valores em que assenta a atividade da Ordem, apresentamos neste capítulo os principais acontecimentos que ocorreram ao longo do ano.

DIA 10 | Porto
Cerimónia de entrega de certificados aos novos membros.

DIA 16 | Nacional
Início do ciclo de formação eventual sobre o OE/2017.

DIA 22 | Lisboa
IX Encontro de História da Contabilidade.

DIA 6 | | Nacional
Disponibilização da «Coleção Essencial», três guias de preenchimento das declarações fiscais no âmbito do IVA, IRS e IRC.

DIA 16 | Leiria
Conferência SNC-AP.

DIA 25 | Porto
Assembleia Geral para aprovação do relatório e Contas 2016.

DIA 28 | Nacional
Início do processo de renovação das cédulas profissionais.

DIA 3 | Nacional
Abertura de linha de apoio telefónica para ajuda ao preenchimento de declarações fiscais.

DIA 4 | Lisboa
Tomada de posse da Comissão eventual para a avaliação dos prazos fiscais e da elaboração de propostas legislativas e da Comissão eventual para análise das propostas de legislação fiscal e contabilística que possam simplificar procedimentos e que diminuam a litigância entre a AT e o contabilistas certificado.

DIA 6 | Porto
Cerimónia de entrega de certificados aos novos membros.

DIA 28 | Lisboa
Conferência UniLEO-CNC.

DIA 1 | Nacional
Arranque do ciclo de formação eventual sobre dossiê fiscal e anexos.

DIA 14 | Santarém
Conferência CAP/OCC.

DIA 20 | Porto
Cerimónia de entrega de certificados aos novos membros.

DIA 9 | Nacional
Ordem entrega ao SEAF propostas legislativas para a avaliação dos prazos fiscais e para a simplificação das obrigações fiscais e contabilísticas.

DIA 16 | Lisboa
Assembleia Geral Extraordinária para aprovação do Regulamento Eleitoral.

DIAS 12 e 13 | Aveiro
XVI Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria (CICA - Aveiro).

DIA 20 | Lisboa
Conferência GEOCC/IDEFF.

DIA 21 | Porto
Conferência GEOCC/IDEFF.

DIA 23 | Lisboa
Inauguração do Auditório António Domingues de Azevedo.

DIA 2 | Nacional
Início do ciclo de formação eventual sobre encerramento de contas/2017.

DIA 30 | Lisboa
Cerimónia de entrega de certificados aos novos membros.

DIA 20 | Nacional
Primeira volta das eleições (2018-2021).

RELATÓRIO **DE GESTÃO**

Nos termos da alínea c) do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), com a redação que lhe conferiu a Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, vem o Conselho Diretivo submeter à apreciação da Assembleia Representativa, o Relatório e Contas do período de 2017.

VIII ÁREAS DE ATUAÇÃO

Durante o exercício de 2017 a OCC focou a sua atividade no desenvolvimento das seguintes áreas:

8.1. Consultoria técnica

A Ordem tem privilegiado a existência de um consultório técnico no âmbito da contabilidade e fiscalidade, que apoia diretamente os membros em questões concretas.

Este serviço está inserido no departamento de consultoria da Ordem e através do qual, preferencialmente, os membros colocam as suas questões técnicas por escrito, para que possa ser efetuado o melhor enquadramento. Não obstante, mantem disponível o atendimento telefónico e presencial na sede em Lisboa.

O apoio técnico é uma ferramenta fundamental para o exercício da profissão, prestando esclarecimentos, ajuda e resposta aos colegas que se deparam com problemas técnicos para resolver no seu dia-a-dia. A interação entre o departamento técnico e os membros é permanente, disponibilizando a Ordem colaboradores qualificados, competentes e motivados para ajudar a resolver os anseios de todos os colegas. O objetivo é prestar um apoio personalizado que vá de encontro à necessidade de informação concreta do contabilista no âmbito do exercício da profissão.

Neste sentido, em 2017, respondendo às necessidades dos membros, foram desenvolvidas as seguintes ações:

Designação	Quantidade
Atendimento presencial	502
Atendimento telefónico	17 606
Questões escritas	7 285
Artigos técnicos em meios de comunicação social	90
Pareceres internos para o departamento jurídico e Conselho Disciplinar	24

Situação de consultores internos/externos	N.º de questões
Entradas	7 285
Transitadas de 2016	347
Respondidas	6 740
Por responder no final de 2017	529

Artigos técnicos e intervenções em meios de comunicação social	Quantidade
Jornal de Negócios	33
Jornal da Madeira Açoriano	43
Vida Económica	12
TSF	211
Outras publicações	2
Total	**301**

8.2. Consultoria jurídica

O departamento tem como principais funções emitir pareceres e dar apoio jurídico, no âmbito das matérias estatutárias e deontológicas, instruir e acompanhar a fase pré-contenciosa dos litígios, assegurar a colaboração com os tribunais e a Provedoria de Justiça, instruir os processos de inquérito e disciplinares e fazer a representação forense da Ordem.

Nos quadros seguintes é apresentada, de forma resumida, a atividade realizada pelo departamento jurídico:

Processos	Quantidade
Processos do Departamento Jurídico	**9 406**
Arquivados/Concluídos	8 179
Em curso	1 022
Remetidos	29
Remetidos ao Conselho Disciplinar	176

Processos	Quantidade
Pasta CC - Mensagens entradas	18 548
Pasta CC -Mensagens respondidas	17 941
Correspondência expedida	10 038
Atendimento presencial a membros	436
Atendimento telefónico a membros	9 195
Atendimento telefónico e presencial a não membros	2 252
Interpelação para pagamento de quotas	
Ofícios	7 497
Remetidos ou a remeter ao Conselho Disciplinar	1 675

Contencioso	
Processos remetidos para tribunal para cobrança coerciva de multa (ação executiva)	869
Ação administrativa especial (recursos delib. órgãos da Ordem)	6
Outras	9
Instrução disciplinar	
Relatórios para deduzir despacho de acusação – Processos não quotas	67
Relatórios para convolar processo de inquérito em processo disciplinar	15
Relatórios com proposta de aplicação de pena disciplinar	1114
Advertência	58
Multa	960
Suspensões	94
Expulsões	2
Relatórios com proposta de arquivamento	3166
Correspondência expedida na instrução disciplinar (apenas dos instrutores)	11137
Correspondência rececionada na instrução disciplinar	20141

Multas	
Valor em multas cobrado em 2017	254 089,99€
Valor extra (multas) cobrado em 2017	50 591,60€
Valor em quotas cobrado em 2017 (na sequência de interpelação de carta da bastonária – até maio de 2017)	587 395,47€
Valor em quotas cobrado em 2017 (na sequência de interpelação telefónica)	165 354,00€

8.3. Formação profissional contínua

A formação é um dos principais pilares em que assenta a qualidade profissional dos contabilistas. O desenvolvimento das tecnologias de informação, as alterações constantes nos normativos legais e integração das economias exigem, uma atualização constante com vista à prestação de um serviço que corresponda às exigências das necessidades da economia.

Em 2017, participaram nas diversas ações realizadas pela Ordem 112 419 formandos.

Ações	Inscrições
Conferências	1564
Congressos	549
Distância	17 730
Eventual	46 874
Permanente	273
Recorrente	405
Segmentada	9. 362
Reuniões livres	35 535
Sessão de esclarecimento	127
Total	**112 419**

Conferências	Inscrições
IX Encontro de História da Contabilidade	127
XXIII Conferência de Fiscalidade e Contabilidade – SNC-AP, Relato e a Fiscalidade na Economia Digital.	120
Contabilidade e Gestão na Atividade Agrícola	960
XII Conferência Internacional GEOCC-IDEFF-A luta contra a erosão das bases tributárias - Aspetos nacionais e internacionais	357
Total	**1564**
Congressos	**Inscrições**
XVI Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria – Da academia à profissão	549
Total	**549**
Distância	**Inscrições**
Aspetos práticos da contabilidade para microentidades	181
Organismos de investimento colectivo - Sociedades e fundos de investimentos	22
Contencioso tributário	26
Normas internacionais de contabilidade adotados UE	20
Inventários	76
IVA - Regras de faturação e regime de bens em circulação	63
Enquadramento contabilistico dos subsídios (NCRF 22)	18
Aspetos práticos da contabilidade para as pequenas entidades	88
Encerramento de contas - Aspetos contabilísticos e fiscais	263
Transição para o SNC-AP	61

(continuação)

Distância	Inscrições
Manifestações de fortuna e outros acrécimos patrimoniais não justificados	36
Aplicação do IVA e dos impostos sobre o rendimento às operações transfronteiriças	40
Atualização fiscal em IRS - aspetos práticos	149
Revisão das normas contabilisticas	41
Atualização fiscal em IRC - aspetos práticos	153
Incentivos e beneficios fiscais	72
Contabilista certificado - estatuto e código de ética e deontologia	30
Perdas por imparidade e créditos incobráveis em IVA e IRC	155
Questões práticas do regime de férias, feriados e faltas	234
Enquadramento contabilistico e fiscal das depreciações e amortizações	29
Apuramento do lucro tributável (preenchimento do quadro 07 da declaração modelo 22)	188
Preenchimento da declaração periódica do IVA e anexos	136
Preenchimento da declaração modelo 3 de IRS	153
Preenchimento da declaração modelo 22 de IRC	456
Dossiê fiscal - organização e preparação das notas anexas às demonstrações financeiras	274
Aspetos contabilisticos e fiscais dos contratos de construção	38
Dossier de preços de transferência	66
Contabilidade e relato orçamental no SNC-AP (Norma 26)	62
Regime fiscal das mais e menos valias (IRS e IRC)	95
Processo de contra-ordenacção tributário	38
NCRF 13 - Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas e o método de equivalência patrimonial	29
Aspetos societários relevantes para a contabilidade	81
A contabilidade de gestão no SNC-AP (Norma 27)	58
Regime especial de tributação dos grupos de sociedades	44
Aplicação das convenções para evitar a dupla tributação	84
A empresa em dificuldades - aspetos legais, contabilisticos e fiscais	85
Procedimento e processo tributário	70
Impostos diferidos	144
Estruturação de um quadro de bordo de apoio à gestão (b*alenced score-card*)	179
Agências de viagem-Aspetos contabilísticos e fiscais	61
Enquadramento contabilistico e fiscal dos ativos biológicos (NCRF17)	63

(continuação)

Distância	Inscrições
Ativos não correntes no SNC-AP	65
Enquadramento legal, contabilistico e fiscal do setor não lucrativo	139
A localização das prestações de serviços em IVA	205
O processo de execução fiscal na administração fiscal e na Segurança Social	100
NCRF 10 - Custo dos empréstimos obtidos	154
NCRF 28 - Beneficios dos empregados	257
Atualização fiscal em IVA - aspetos práticos	1043
Métodos de reação aos atos inspetivos	259
Procedimentos dos atos inspetivos - Aplicação prática	316
Contabilidade dos grupos públicos (SNC-AP)	78
Obrigações contabilisticas e fiscais das empresas insolventes	307
Análise económica e financeira das entidades privadas	759
Aquisições de bens e serviços (SNC-AP)	261
Tributação de não residentes - enquadramento fiscal em IRS e IRC	627
Preparação do mapa fluxos de caixa	547
Dissolução, liquidação, fusão e cisões de sociedades (aspetos contabiíisticos e fiscais)	643
NCRF 27 - Instrumentos financeiros, aspetos contabilisticos e fiscais	228
Enquadramento em IVA, IRS, Seg. Social - Categoria B	1201
Consolidação de contas e método de equivalência patrimonial	573
Rendimentos de transações (SNC-AP)	196
O papel do contabilista no âmbito do contencioso tributário	799
Código Contributivo	1381
Elaboração e preparação das demonstrações financeiras individuais (SNC-AP)	690
Transição para o SNC-AP	223
Contabilidade e relato orçamental no SNC-AP (Norma 26)	178
A contabilidade de gestão no SNC-AP (Norma 27)	248
Ativos não correntes no SNC-AP	184
Contabilidade dos grupos públicos (SNC-AP)	75
Aquisições de bens e serviços (SNC-AP)	334
Repetição - Preparação do mapa fluxos de caixa	182
Repetição - NCRF 28 - Beneficios dos empregados	156

(continuação)

Distância	Inscrições
Repetição-Análise económica e financeira das entidades privadas	334
Repetição-A localização das prestações de serviços em IVA	301
Repetição-Procedimentos dos atos inspetivos - Aplicação prática	160
Repetição-Enquadramento em IVA, IRS, Seg. Social-Categoria B	366
Total	**17 730**
Eventual	**Inscrições**
Orçamento do Estado 2017 e aprofundamento das mais recentes alterações fiscais	21 002
Dossiê fiscal e anexo e aspetos principais da IES	10 130
Encerramento de contas 2017	15 742
Total	**46 874**
Permanente	**Inscrições**
Revisão das normas contabilisticas	273
Total	**273**
Recorrente	**Inscrições**
Encerramento de contas de 2016	34
Orçamento do Estado 2017 e aprofundamento das mais recentes alterações fiscais	35
Preenchimento da declaração periódica do IVA e anexos	36
Preenchimento da declaração modelo 3 de IRS	32
Preenchimento da declaração modelo 22 de IRC	31
Preenchimento da declaração modelo 22 de IRC	23
Preenchimento da declaração modelo 22 de IRC	17
Dossier Fiscal e anexo e aspetos principais da IES	41
Empresas transportadoras - Enquadramento legal, aspetos contabilísticos e fiscais	22
Encerramento de contas 2017	47
Aplicação do IVA e dos impostos sobre o rendimento às operações transfronteiriças	36
A tributação em IVA e impostos sobre rendimento das operações relacionadas com imóveis	30
Código Contributivo	21
Total	**405**
Segmentada	**Inscrições**
Aspetos práticos da contabilidade para microentidades	76
Questões práticas do regime de férias, feriados e faltas	57
Empresas transportadoras - Enquadramento legal, aspetos contabilisticos e fiscais	84

(continuação)

Segmentada	Inscrições
Contabilista certificado - Estatuto e código de ética e deontologia	16
Residência fiscal e alojamento local	107
Preenchimento da declaração periódica do IVA e anexos	125
Transição para o SNC-AP	48
Encerramento de contas - Aspetos contabilísticos e fiscais	336
Aspetos práticos da contabilidade para as pequenas entidades	70
Atualização fiscal em IRS - aspetos práticos	97
Atualização fiscal em IRC - aspetos práticos	98
Incentivos e benefícios fiscais	68
Contabilidade e relato orçamental no SNC-AP (Norma 26)	61
Dossiê de preços de transferência	70
Preenchimento da declaração modelo 3 de IRS	231
Preenchimento da declaração modelo 22 de IRC	558
IVA - Regras de faturação e regime de bens em circulação	89
A contabilidade de gestão no SNC-AP (Norma 27)	54
RFAI - Regime fiscal de apoio ao investimento	89
Dossiê fiscal - Organização e preparação das notas anexas às demonstrações financeiras	111
A localização das prestações de serviços em IVA	150
Regime especial de tributação dos grupos de sociedades	44
Procedimento e processo tributário	17
Regime simplificado no SNC-AP	45
Procedimentos e obrigações decorrentes da cessação do contrato de trabalho	116
Obrigações contabilisticas e fiscais das empresas insolventes	43
Garantia dos contribuintes	14
Ativos não correntes no SNC-AP	36
Sistema de custeio e de contabilidade de gestão	96
Fiscalidade internacional	132
Aspectos societários relevantes para a contabilidade	47
Aspetos fiscais dos direitos de autor	21
Alterações aos regimes de IVA	102
IEC - Impostos especiais de consumo	18
NCRF 10 - Custo dos empréstimos obtidos	42
O regime das infrações tributárias na ótica do contabilista certificado	96
NCRF 27 - Instrumentos financeiros, aspetos contabilisticos e fiscais	59
Aquisições de bens e serviços (SNC-AP)	70
Atualização fiscal em IVA - aspetos práticos	414

(continuação)

Segmentada	Inscrições
NCRF 28 - Beneficios dos empregados	210
Consolidação de contas e método de equivalência patrimonial	236
Enquadramento prático da contratação pública	84
Gestão e organização dos tempos de trabalho e não trabalho	246
Enquadramento contabilístico e fiscal das depreciações e amortizações	601
A boa administração e o código do procedimento administrativo	169
Introdução ao Excel	232
Enquadramento fiscal da partilha e herança indivisa	608
Sistema de normalização contabilistica para as administrações públicas (SNC-AP)	193
Impostos diferidos	803
Excel avançado e macros	386
A tributação em IVA e impostos sobre rendimento das operações relacionadas com imóveis	840
Código Contributivo	747
Total	**9 362**
Sessões de Esclarecimento	**Inscrições**
Plataforma TOC Online	127
Reuniões Livres	35 535

8.4. Apoio social aos membros

O apoio social da Ordem não se cinge apenas ao fundo de solidariedade social e fundo de pensões. O seguro de responsabilidade civil nos termos do Estatuto é uma obrigação para todos os contabilistas certificado que exercem a profissão. A Ordem assegura nos termos do regulamento esta obrigação. O seguro de saúde é outro benefício que dá efetivamente qualidade de vida aos colegas, permitindo-lhes, usufruírem de um vasto leque de opções de saúde.

Mais concretamente, como resulta da seguinte tabela, a Ordem teve os seguintes encargos com esta disponibilização direta e gratuita de apoio aos seus membros:

Beneficiários do fundo de solidariedade social			
Beneficiários	**2015**	**2016**	**2017**
N.º beneficiários	31	31	28
Valor pago	55 677	70 352	82 278

Contribuições para o fundo de pensões		
Ano	**Contributo**	**Acumulado**
2015	163 830	6 573 772
2016	163 436	6 737 208
2017	163 436	6 900 644

Quadro de análise dos gastos - apoio aos membros

Rubricas	2015	2016	2017
Seguro responsabilidade civil CC	421 519	552 087	692 221
Seguro de saúde CC	809 266	858 505	895 433
SICC	149 365	153 295	153 993
Revista «Contabilista»	910 251	918 981	886 792
Revista «Contabilidade e Gestão»	27 841	26 204	18 732
Revista IDEFF	15 248	15 248	15 248
Fundo de pensões	163 830	163 436	163 436
Reuniões livres	360 634	369 422	349 394
Fundo de solidariedade social	55 677	70 352	82 278
Consultório técnico e jurídico	466 423	474 288	468 957
Representações	281 113	320 956	332 516
Total	**3 661 167**	**3 922 775**	**4 059 000**

Por tudo o apresentado, podemos afirmar que em 2017 os 70 443 membros tiveram um retorno mensal de 4,80 euros, como se demostra:

Anos	2015	2016	2017
Valor	3 661 167€	3 922 775 €	4 059 000€
Membros	71 565	70 975	70 443
Retorno mensal por membro	**4,26 €**	**4,61 €**	**4,80 €**

8.5. Apoio profissional

A Ordem disponibiliza para a melhoria no exercício da profissão as seguinte ferramentas: SICC; Revista «Contabilista»; Revista «Contabilidade e Gestão»; Revista IDEFF; Reuniões livres; Consultoria técnica, jurídica e representações.

Anos	2015	2016	2017
SICC	149 365	153 295	153 993
Revista «Contabilista»	910 251	918 981	886 792
Revista «Contabilidade e Gestão»	27 841	26 204	18 732
Revista IDEFF	15 248	15 248	15 248
Reuniões livres	360 634	369 422	349 394
Consultório técnico e jurídico	466 423	474 288	468 957
Representações	281 113	320 956	332 516
Total	**2 210 875**	**2 278 395**	**2 225 632**

8.6. Relações internacionais

Num contexto de globalização da economia e transferência de conhecimentos a profissão de contabilista certificado em Portugal não pode isolar-se do que em matéria de contabilidade e fiscalidade se produz internacionalmente. Daí que a participação da Ordem nos organismos internacionais que estão no cerne do processo normativo seja estratégica e determinante para a definição das bases em que irá assentar o desenvolvimento da contabilidade e da profissão em Portugal. Por outro lado, o reconhecimento da Ordem como interlocutor na discussão destas matérias representa uma responsabilidade acrescida a que temos respondido com eficácia e que é visível na integração dos órgãos diretivos da OCC. É o caso do Comité de Integração Latino Europa-América (CILEA) onde a OCC teve a presidência, tendo neste momento uma das vice-presidências, do Conselho Diretivo, para além da liderança e participação em grupos de especialização técnica. É também o caso da *European Federation of Accountants and Auditors for SMEs* (EFAA), onde tem vindo desde há dois mandatos a ocupar um lugar no Conselho Diretivo, da *Fédération des Experts Comptables Méditerranéens* (FCM), onde tem vido a participar nos grupos de trabalho de interesse comum aos profissionais dos países integrantes da organização.

A integração na I*nternational Federation of Accountants* (IFAC) constitui o culminar de um processo de reconhecimento da OCC na organização cimeira da contabilidade a nível mundial. A participação da OCC em grupos de trabalhos específicos é aguardada com expectativa por esta organização.

Temos presente que só pertencendo e participando nestes organismos é que podemos fazer parte ativa do processo legislativo/decisório e, assim,podermos também ter uma palavra na prossecução do interesse público da profissão e dos contabilistas.

Para além disso, nestas organizações são continuamente produzidos trabalhos técnicos de grande interesse e a troca de conhecimentos e experiências têm permitido alcançar as melhores práticas no exercício da profissão, bem como estar na vanguarda da defesa dos interesses dos seus membros.

IX ÁREAS DE SUPORTE

9.1. Suporte aos Órgãos Sociais

O departamento de apoio aos órgãos, tem como principal missão a assistência e secretariado à Bastonária, ao Conselho Diretivo, à Assembleia Geral, às Comissões Permanentes e Eventuais, congressos e prémios atribuídos, à Revista Contabilidade e Gestão e ao funcionamento do edifício sede, bem como a todas as representações.

Assistência e secretariado à Bastonária	
Reuniões gerais dos Órgãos Sociais	2
Reuniões do Conselho Superior	1
Comunicações entregues por protocolo a instituições exteriores	33

Assistência e secretariado ao Conselho Diretivo	
Reuniões do Conselho Diretivo	67
Fundo de Solidariedade Social - renovações	23
Fundo de Solidariedade Social - novas atribuições	3
Fundo Pensões – Foram remetidos à Ocidental Pensões	182
Peritos	103

Assistência e secretariado à Mesa da Assembleia Geral	
Reuniões	2
Convocatórias	2

9.2. Comunicação e imagem

O departamento de comunicação e imagem tem a seu cargo toda a estratégia de comunicação da Ordem com os membros e com a sociedade em geral.

A intervenção da Ordem tem contribuído para um melhor conhecimento e maior consciencialização em matérias contabilísticas e fiscais. Isto resulta da sua presença em eventos, conferências, realizações no âmbito da profissão e da academia e através da intervenção nos diversos meios de comunicação social.

No quadro seguinte é apresentada de forma resumida o âmbito da sua ação:

Designação	Quantidade
Revista Contabilista	12
Revista Contabilidade e Gestão	2
Revista de imprensa	232
Recortes OCC	44
Artigos - Jornal Negócios, Vida Económica, DN Madeira e Açoriano Oriental	378
Emissões do Conselho Fiscal - TSF	420
Entrevistas à Bastonária	2
Referências à Ordem (imprensa, rádio, televisão e internet)	2 502
Manuais de formação	102
Livros e outras publicações	10
Flyers, calendários e logos	18
Projetos especiais	2
Eventos organizados e cobertos	12
Formação à distância	42
Newsletter «Novidades profissionais»	264
Intervenções no sítio	1089
Pasta CC - respostas	380
Pasta CC - *powerpoint* formação	125
Pasta CC - Recortes de Imprensa	44

Redes sociais

Foram feitas 856 inserções no Facebook e no Twitter. Foram alojados 48 vídeos (Ordem na Rádio, Ordem na TV e reportagens) no Youtube. No Flickr, foram inseridas 2 750 fotografias relativas a eventos promovidos pela Ordem.

9.3. Funcionamento

O departamento de funcionamento é responsável pela gestão e logística de todo o procedimento relacionado com as inscrições dos candidatos e formações, nos seus vários formatos e aspetos, seja ao nível de lançamento de créditos, entrega de manuais e logística dos eventos. No quadro seguinte é apresentada de forma resumida a sua atividade:

Designação	Quantidade
Atendimento telefónico - Recebido	12 330
Atendimento telefónico - Efetuado	16 023
Brochuras vendidas	354
Alterações de cadastro	1156
Cartões de acesso à formação enviados	833
Certidões emitidas	80
Correspondência diversa	942
Formação equiparada Inscrições	17 518
Formação - Questionários	7 301
Logística	45 823
Membros – Reentradas e saídas	1416
Processos de candidatura a CC	1128
Estágios	118
Exame	2 120
Membros admitidos	4 234
Pasta CC	7 564
Placas identificativas	122
Quotas – Requisições e alteração de situação	331920
Vinhetas – Requisições	144 830

9.4. Sistemas de informação

O departamento de sistemas de informação tem como missão gerir todo o processo informático da Ordem, desde a sua conceção ao desenvolvimento, incluindo as ações necessárias à sua manutenção com o objetivo da satisfação dos membros. No quadro seguinte é apresentada a sua atividade.

Rubricas	Quantidade
Pedidos internos *helpdesk*	2 619
Atendimento telefónico	26 176
Atendimento por *email*	55
Atendimento presencial	155
Atendimento via Pasta CC	2 668
Acessos com autenticação	3 236 764
Atualizações de empresas	632 046
Atualizações de dados (Sítio + Pasta CC)	55 815
Mensagens colocadas no fórum	20 048
Declarações de pontuação submetidos	N/A
Questões colocadas Pasta CC	50 247
Pedidos de complemento de reforma submetidos	77
Inscrição de contabilista certificado:	
Empresa na hora	435
Empresa na hora estrangeiros	186

A tabela seguinte apresenta o registo de acessos ao sítio da Ordem distribuídos geograficamente:

País origem do acesso	2017
Portugal	4 275 435
Espanha	16 731
Reino Unido	10 937
Brasil	14 020
Alemanha	10 672

O sistema de atendimento telefónico registou os seguintes movimentos:

Rubricas	Quantidade
Pedidos de suporte interno	147
Intervenções externas	6
Chamadas atendidas através de *call center*	170 165
Atendimento linha de apoio TOConline	8 700

9.5. Contabilidade

O serviço de contabilidade tem como missão executar as operações contabilísticas, dar cumprimento às obrigações fiscais, elaborar mensalmente relatórios sobre a análise económica e orçamental da Ordem e proceder à gestão administrativa de pessoal.

Em 2017 apresenta os seguintes elementos de funcionalidade:

Designação	Quantidade
Caixa	152
Cobrança através dos bancos	9 229
Pagamentos via bancos	8 993
Faturas/Faturas-Recibo	7 401
Operações diversas	5 889

9.6. Expediente e correio

O serviço de expediente e correio tem como finalidade a receção e expedição da correspondência interna e externa da instituição. Recebida, a informação é tratada e enviada via Pasta CC para os respetivos serviços e departamentos.

De seguida apresentamos os dados da atividade realizada:

Designação	Quantidade
Correspondência recebida	22 240
Pasta CC	18 119
Documentos digitalizados	7 378
Emails (Pasta CC)	17 051
Correio enviado (Pasta CC)	4 071
Correio devolvido	3 234

9.7. Tesouraria

De acordo com as suas competências, o serviço de tesouraria efetua a previsão, otimização e controlo de todos os pagamentos e de todos os recebimentos, em numerário, cheque, multibanco, transferência bancária, entre outros meios.

As funções gerais da tesouraria baseiam-se na salvaguarda de todos os valores ao seu encargo, nomeadamente, arquivar a documentação de suporte das operações de tesouraria em conformidade com as normas institucionalizadas, fornecer em tempo útil, a informação toda a informação dos pagamentos e recebimentos, comunicar aos interessados os valores a pagamento, conferir movimentos de caixa e bancos, identificar e registar os valores recebidos por transferência bancária ou por outros meios, emitir recibos, e fazer a sua contabilização no sistema informático correspondente, entre outras.

De seguida apresentamos os dados da atividade realizada:

Designação	Quantidade
Pagamentos de quotas efetuados no site da OCC sistema ON-line – UNICRE (VISA) MB-net	157 170
Pagamento de quotas efetuados nos CTT e utilizando referência MB Aviso/Recibo	132 506
Cheques e vales postais recebidos/registados para pagamento	1 172
Entradas em bancos	8 569
Saídas de bancos	8 993
Faturas e faturas recibos de fornecedores recebidas e registadas na gestão comercial	7 818
Membros que optaram pelo pagamento por MultiBanco , VISA e CTT	289 676
Membros/registos que optaram em 2017 pelo pagamento pelo sistema de débitos diretos	672
Pasta CC	5 442
Atendimento *call center*	8 971

9.8 Contratação pública

As regras e procedimentos de contratação pública enquadram-se na regulação da atividade administrativa dos entes públicos e cumprimento dos princípios da legalidade, justiça, imparcialidade e boa-fé expressos no artigo 266.º, n.º 2, da Constituição da República Portuguesa.

Neste contexto, são especialmente aplicáveis à matéria de contratação pública os seguintes princípios:

a) O princípio da transparência que assenta na desmaterialização total e obrigatória dos procedimentos pré-contratuais;

b) O princípio da igualdade que está presente ao nível da participação dos interessados nos procedimentos;

c) O princípio da concorrência que se baseia na utilização de mecanismos mais rigorosos, designadamente o modelo da avaliação das propostas.

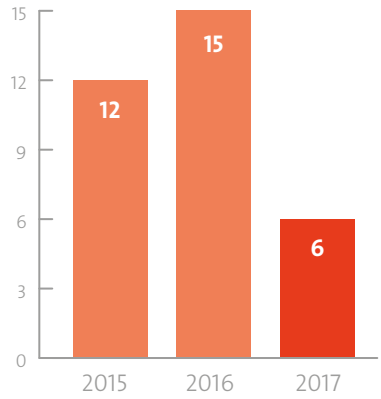
Para tal, o Código dos Contratos Públicos (CCP), com a última revisão pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, aplica-se a todo e qualquer contrato celebrado pelas entidades adjudicantes nele previstas cujo objeto abranja prestações que estão ou sejam suscetíveis de estar submetidos à concorrência do mercado. A Ordem, enquanto associação pública profissional é, nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP, uma entidade adjudicante.

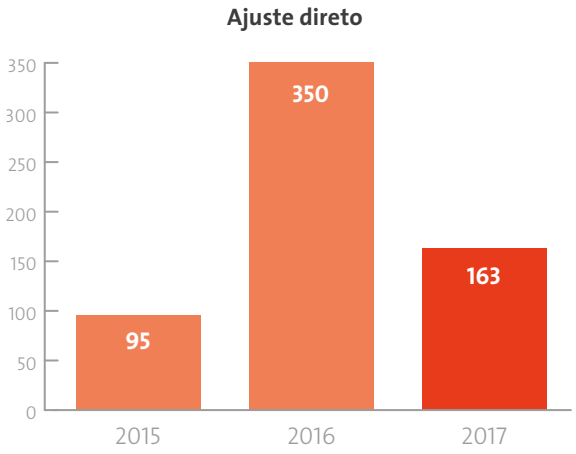
Neste sentido, a Ordem tem vindo a implementar a todas as suas aquisições de bens e serviços sujeitas a contratação pública, as regras do CCP, conforme se pode verificar pela consulta de procedimentos publicados no Portal BASE (www.base.gov.pt).

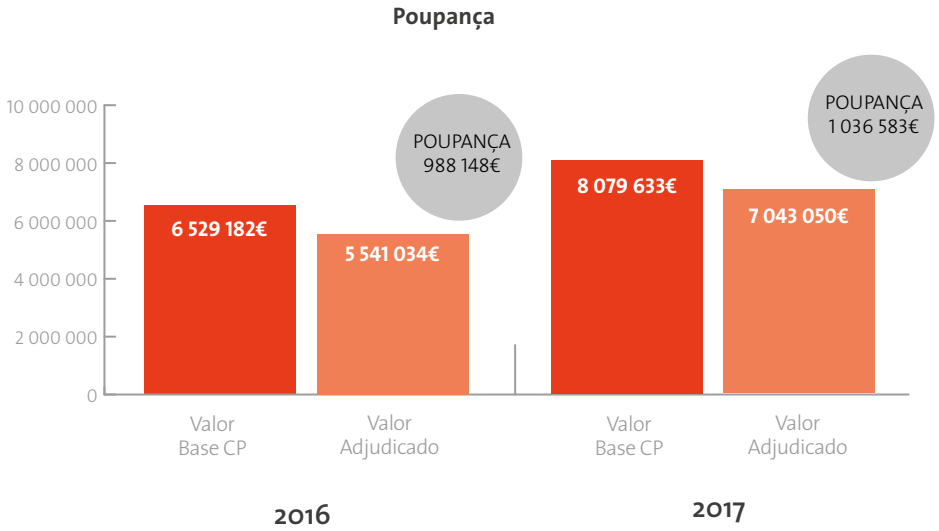
A experiência dos últimos anos tem permitido uma poupança significativa de recursos da Ordem e um aumento da eficiência nos processos administrativos. Apresentamos, no presente relatório, os exemplos mais significativos de bens e serviços adquiridos pela Ordem que originaram maiores poupanças.

Em termos gerais, do total de procedimentos por concurso público resulta uma real poupança de mais de um milhão de euros (1 036 583€) , o que corresponde à diferença entre o valor base proposto (já por si, abaixo do valor contratado anteriormente) e o valor adjudicado das propostas economicamente mais vantajosas para a Ordem.

Concurso público







Da poupança referida destacamos a alcançada com os realizados concursos públicos:

· O valor de impressão por revista reduziu cerca de 26%, desde o lançamento do primeiro concurso;

· O seguro de responsabilidade civil dos órgãos sociais da Ordem diminuiu 73%;

· Os custos de telecomunicações móveis e equipamentos reduziu 55%;

· Os serviços de hospedeiras de apoio às ações de formação, embora menos expressivo, também baixou 13,5%;

· A impressão de manuais de formação, atendendo ao número e quantidade de páginas de manuais impressos baixou, em média, 24%.

RETORNO MENSAL

4,80€

POR MEMBRO

FORMAÇÃO

112 419

PARTICIPANTES

OCC.PT

3 236 764

ACESSOS

ESCLARECIMENTO TÉCNICO

18 108

TELEFÓNICO E PRESENCIAL

MEDIA

2 502

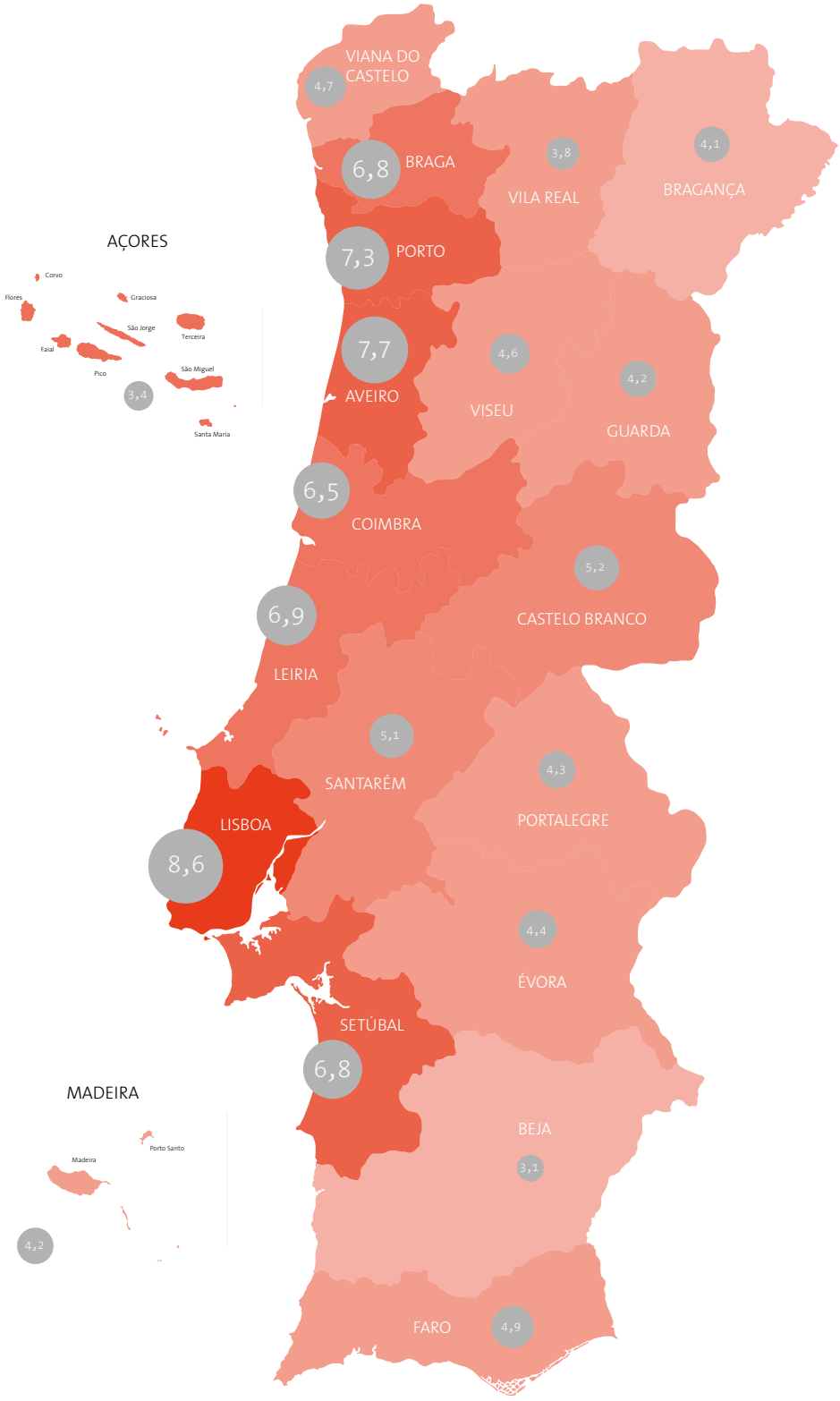
REFERÊNCIAS

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

1036 583

POUPANÇA

CONTABILISTAS POR MIL HABITANTES



Fonte: Dados recolhidos do Relatório e Contas 2017 e do sítio PORDATA

X COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

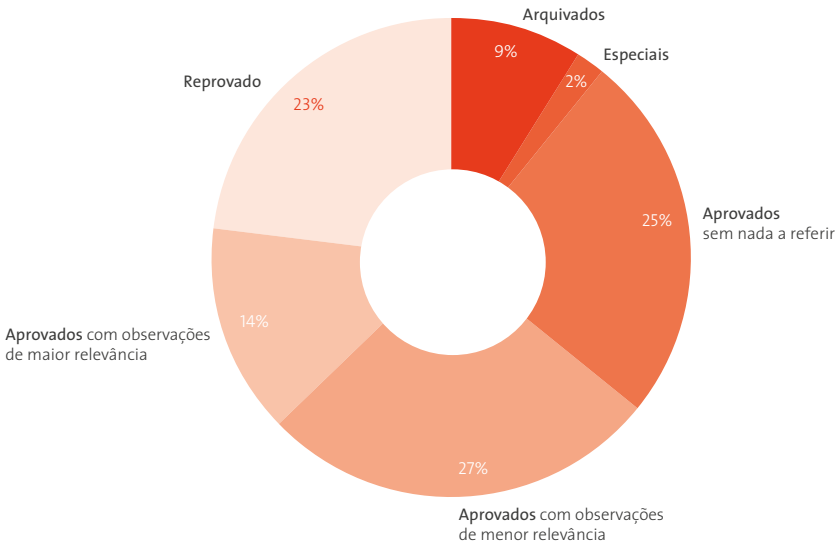
Ao longo de 2017, a Ordem dos Contabilistas Certificados manteve em funções a comissão eventual de acompanhamento e verificação da formação equiparada; comissão eventual de análise, verificação e renovação dos protocolos de dispensa de estágio; comissão de controlo de qualidade, comissão de história da contabilidade, gabinete de estudos e júri de exame. Constituiu ainda, a comissão eventual para análise das propostas de legislação fiscal e contabilística que possam simplificar procedimentos que diminuam a litigância entre a AT e o contabilista certificado e a comissão eventual para avaliação dos prazos fiscais e elaboração de propostas legislativas.

A comissão eventual de acompanhamento e verificação da formação equiparada tem como objetivo a verificação da maneira como a formação está a ser ministrada pelas entidades equiparadas para garante dos mais elevados padrões de qualidade no serviço prestado aos contabilistas certificados.

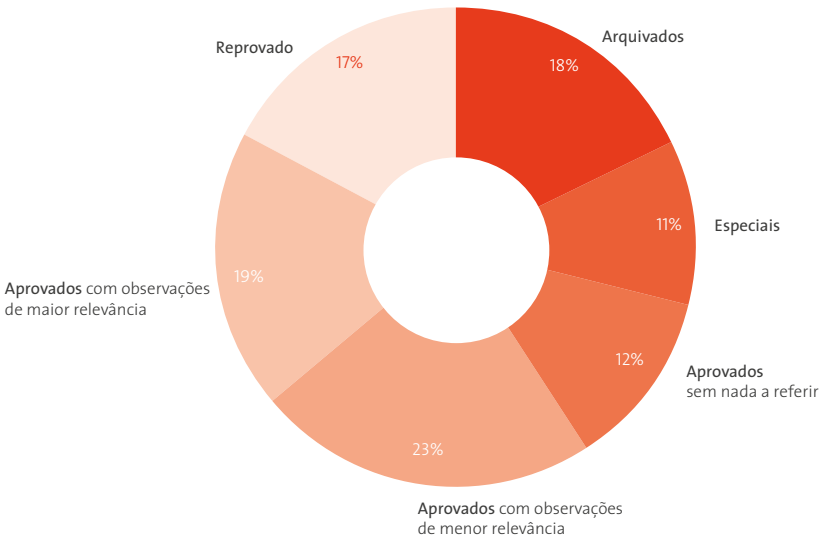
A comissão eventual de análise, verificação e renovação dos protocolos de dispensa de estágio promove pela verificação do cumprimento das condições estabelecidas nos protocolos para dispensa de estágio, no que respeita à inscrição na ordem, junto das entidades protocoladas, elaborando a correspondente proposta para enviar ao Conselho Diretivo.

A comissão de controlo de qualidade pretende dar seguimento aos controlos de qualidade programados e em curso, sem esquecer um contacto permanente e um acompanhamento muito próximo das equipas de controlo de qualidade destacadas em ações no terreno.

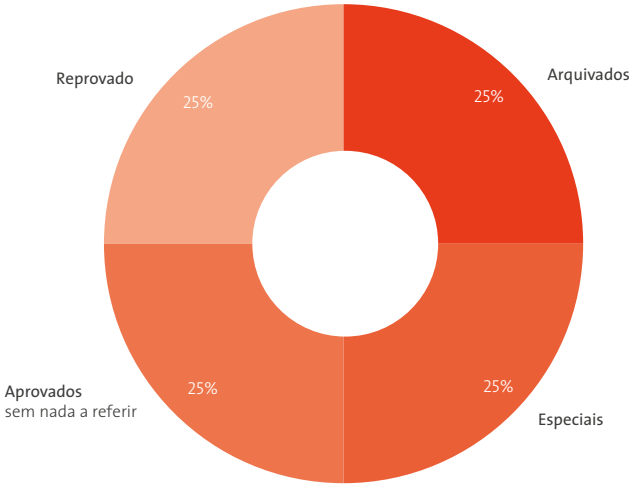
Primeiras visitas 2017 despachados pela CCQ



Segundas visitas 2017 despachados pela CCQ



Terceiras visitas 2017 despachados pela CCQ



A comissão de história da contabilidade tem como missão dinamizar e executar todas as ações relacionadas com a promoção e divulgação de eventos relacionados com a história da contabilidade.

O gabinete de estudos promove pela dinamização e desenvolvimento de estudos nas áreas da contabilidade e fiscalidade.

O júri de exame tem como missão conceber, preparar, organizar e realizar em todo o território nacional os exames de admissão à Ordem.

A comissão eventual para a simplificação das obrigações fiscais e contabilísticas, teve como objetivo a analise e elaboração de propostas de legislação fiscal e contabilística que possam simplificar procedimentos e que diminuam a litigância entre a AT e o contabilista certificado.

A comissão de avaliação dos prazos fiscais apresentou o trabalho com propostas legislativas para a alteração e reorganizações dos prazos fiscais, criando melhores condições para o exercício da profissão do contabilista certificado.

Por deliberação do Conselho Diretivo, datada de 6 de março de 2018, todas as comissões permanentes e eventuais foram suspensas, encontrando-se o Conselho Diretivo a terminar os processos que se encontravam pendentes.

XI INFORMAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

O Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), com a redação que lhe conferiu a Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, nos termos da alínea c) do artigo 54.º, determina que o Conselho Diretivo apresente anualmente o Relatório e Contas.

No cumprimento da Lei e do Estatuto, para o efeito, apresentamos mapas de pormenor com informação relevante que facilita uma melhor compreensão e análise.

A informação legalmente exigível faz parte integrante do anexo. Porém, apresentamos informação complementar, a qual permite uma melhor compreensão das contas que ora se apresentam à apreciação dos membros e que resultam da atividade desenvolvida, no âmbito do plano de atividades e orçamento aprovados.

Rendimentos

As rubricas com maior realce, designadas de grandes rubricas, são as apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os rendimentos obtidos, no ano de 2017, um total de 16 565 093 euros:

Quadro 1 – Rendimentos

Euros

Rubricas	2016	Variação 2016/2017	2017	Orçamento 2017	Desvio face ao orçamento
71 Vendas	3 498	974	4 471	24 200	-19 729
72 Prestações de serviços	14 891 232	780 485	15 671 717	19 032 520	-3 360 803
76 Reversões	23 852	156 487	180 340	0	180 340
78 Outros rendimentos	881 282	-172 717	708 565	1 276 190	-567 625
Total	**15 799 864**	**765 229**	**16 565 093**	**20 332 910**	**-3 767 817**

Constatamos que a execução orçamental foi de cerca de 81%, da qual resulta um desvio negativo de 3 767 817 euros (-19%) para os valores orçamentados. No entanto, o total de rendimentos de 2017 comparativamente a 2016 registou um aumento de 5%.

O desvio orçamental verificado não comprometeu, na generalidade, o funcionamento da Ordem, conforme se demonstra no quadro seguinte:

Quadro 2 – Rendimentos desagregado

Euros

Rubricas	2016	Variação 2016/2017	2017	Orçamento 2017	Desvio face ao orçamento
71 Vendas	**3 498**	**974**	**4 471**	**24 200**	**-19 729**
711 Mercadorias	3 498	974	4 471	24 200	-19 729
72 Prestações de Serviços	**14 891 232**	**780 485**	**15 671 717**	**19 032 520**	**-3 360 803**
721 Joias	76 000	10 800	86 800	90 000	-3 200
722 Quotas	10 413 252	-64 740	10 348 512	10 516 320	-167 808
72201 Quotização-Membros efetivos	10 218 618	-66 216	10 152 402	10 317 600	-165 198
72202 Quotização-Membros suspensos	194 634	1 476	196 110	198 720	-2 610
723 Ações de Formação OCC	2 550 976	157 560	2 708 536	6 583 000	-3 874 464
7231 Formação eventual	1 801 280	-310 752	1 490 528	5 043 000	-3 552 472
7232 Formação segmentada	332 104	162 168	494 272	780 000	-285 728
7233 Formação permanente	20 864	14 080	34 944	20 000	14 944
7234 Formação à distância	381 024	292 016	673 040	720 000	-46 960
7235 Formação recorrente	15 704	48	15 752	20 000	-4 248
724 Eventos OCC	78 518	3 073	81 591	189 200	-107 609
72403 Conferências	50 244	-29 802	20 442	189 200	-168 758
72404 Sessões de esclarecimento	3 744	320	4 064	0	4 064
72406 Congresso Internacional de contabilidade e auditoria	0	57 085	57 085	0	57 085
72410 I Congresso Internacional de contabilidade pública	24 530	-24 530	0	0	0
72501 Vinhetas	74 778	-2 520	72 258	80 400	-8 143
72502 TOConline	1 583 017	536 913	2 119 931	1 450 000	669 931
72701 Multas-processos disciplinares	114 691	139 399	254 090	123 600	130 490
76 Reversões	**23 852**	**156 487**	**180 340**	**0**	**180 340**
762 Perdas por imparidade	23 852	105 346	129 199	0	129 199
76211 Dívidas a receber	23 852	105 346	129 199	0	129 199
7633 Processos judiciais em curso	0	45 000	45 000	0	45 000
7638 Outras Provisões	0	6 141	6 141	0	6 141
78 Outros rendimentos	**881 282**	**-172 717**	**708 565**	**1 276 190**	**-567 625**
7816 Outros rendimentos suplementares	648 837	-183 387	465 450	761 460	-296 010
781601 Encontro Nacional dos CC	0	0	0	7 500	-7 500
781604 Taxas e emolumentos	565 288	-140 662	424 626	638 064	-213 438
781605 Inscrições-Reg.atribuição créditos	28 049	-3 984	24 065	25 356	-1 291
781606 Publicidade	55 500	-38 741	16 759	55 540	-38 781
781609 Outros	0	0	0	35 000	-35 000
78713 Alienações-ativos tangíveis	9 500	-9 500	0	0	0
7878 Rendas em ativos fixos tangíveis	172 652	3 134	175 786	464 330	-288 544
788 Outros	50 293	17 036	67 329	50 400	16 929
Total	**15 799 864**	**765 229**	**16 565 093**	**20 332 910**	**-3 767 817**
Resultado antes de impostos	**201 946**	**597 934**	**799 813**	**298 350**	**501 530**

A variação negativa de 19% entre o orçamento previsto e os valores reais de 2017 deveu-se fundamentalmente à impossibilidade de concretização da formação eventual relacionada com a implementação do novo normativo contabilístico, sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP), pelo facto de não estar estabilizado no enquadramento normativo a figura do contabilista público. Salienta-se que a rubrica referente à formação eventual apresentou um desvio negativo de 3 552 472 euros, representando 94,3% do peso do desvio orçamental.

A nível de execução orçamental, destacamos ainda as seguintes situações:

- O desvio verificado nas vendas resulta da não concretização da cedência da base de dados para um país de expressão Portuguesa;

- Nas quotas verifica-se um ligeiro desvio negativo, tanto em relação ao valor orçamentado como em relação ao valor do ano de 2016, atendendo que o número de membros efetivos passou de 70 975 em 2016 para 70 443 em 2017, conforme quadro 12;

- Os rendimentos provenientes de eventos apresentam um desvio desfavorável face ao orçamento, em virtude de não se terem realizado conferências que estavam previstas;

- As novas aplicações disponibilizadas no âmbito do TOConline originaram que tivesse sido excedido o valor orçamentado;

- As rendas em ativos fixos tangíveis registaram um valor inferior face ao valor orçamentado, atendendo que não foi concretizado o aluguer dos espaços referentes aos novos auditórios previsto no orçamento para 2017.

Conclui-se, por conseguinte, que apesar dos desvios, a execução do orçamento não foi prejudicada e que não teve repercussões que pudessem em qualquer momento criar dificuldades de funcionamento.

Gastos

As rubricas de maior relevo, designadas de grandes rubricas, são as apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os gastos, no período em análise, um total de 15 765 279 euros, menos 4 269 281 euros (-21%) face ao valor orçamentado:

Quadro 3 – Gastos

Euros

Rubricas	2016	Variação 2016/2017	2017	Orçamento 2017	Desvio face ao orçamento
61 CMVMC	418	195	613	2 040	-1 427
62 Fornecimento e serviços externos	9 784 104	-934 746	8 849 358	13 358 200	-4 508 842
63 Gastos com o pessoal	4 604 075	-365 660	4 238 415	4 728 090	-489 675
64 Gastos de depreciação e amortização	589 903	395 008	984 911	921 130	63 781
65 Perdas por imparidade	244 530	631 328	875 858	250 000	625 858
67 Provisões do período	0	156 000	156 000	0	156 000
68 Outros gastos	304 031	248 894	552 925	645 500	-92 575
69 Gastos de financiamento	70 856	36 343	107 199	129 600	-22 401
Total	**15 597 918**	**167 362**	**15 765 279**	**20 034 560**	**-4 269 281**

• Nos fornecimentos e serviços externos verifica-se um desvio favorável com algum significado, resultante, sobretudo, da não ocorrência da formação no âmbito do SNC-AP conforme já referido na análise dos desvios em relação aos rendimentos da prestação de serviços desta formação;

• Na rubrica de gastos com pessoal verifica-se um desvio positivo face ao ano anterior, em virtude das mudanças verificadas na estrutura e à não contratação em conformidade com o previsto, para complemento do quadro de pessoal;

• As perdas por imparidades registaram em 2017 um aumento face ao valor orçamentado e ao valor de 2016, dado que se procedeu a um aumento do número de escalões de mora para enquadramento dos créditos vencidos, considerando um novo escalão de mora para os créditos vencidos entre 7 e 12 meses, tendo sido ainda alterando o escalão para os créditos vencidos superiores a 25 meses;

• No período de 2017 foram reconhecidas provisões num total de 148 000 euros, 8 000 euros relativos a processos judiciais em curso e 148 000 euros para quantias a pagar em 2018 no âmbito do recente ato eleitoral da Ordem.

Atendendo aos factos, a execução orçamental foi concretizada em cerca de 79% do orçamento previsto, verificando-se nos gastos totais de 2017 um desvio de menos 21% face ao orçamento.

No quadro seguinte, apresenta-se uma análise mais detalhada das rubricas referentes aos gastos:

Quadro 4 – Gastos desagregado

Euros

Rubricas	2016	Variação 2016/2017	2017	Orçamento 2017	Desvio face ao orçamento
61 CMVMC	**418**	**195**	**613**	**2 040**	**-1 427**
611 Mercadorias	418	195	613	2 040	-1 427
62 FSE	**9 784 104**	**-934 746**	**8 849 358**	**13 358 200**	**-4 508 842**
621 Subcontratos	1 139 166	291 800	1 430 965	1 316 640	114 325
622 Seviços especializados	4 687 501	-1 091 279	3 596 222	8 100 840	-4 504 618
6221 Trabalhos especializados	1 712 214	-149 647	1 562 567	3 946 240	-2 383 673
6222 Publicidade e propaganda	808 911	-742 341	66 570	683 180	-616 610
6223 Vigilância e segurança	76 251	-151	76 100	111 720	-35 620
6224 Honorários	1 124 218	-96 192	1 028 026	2 190 520	-1 162 494
6226 Conservação e reparação	595 623	-125 070	470 554	733 710	-263 156
6227 Serviços bancários	188 934	20 473	209 407	241 440	-32 033
6228 Outros	181 349	1 648	182 997	194 030	-11 033
623 Materiais	98 794	-6 617	92 177	150 580	-58 403
6231 Ferramentas e utensílios	0	0	0	2 500	-2 500
6232 Livros e documentação técnica	11 026	7 125	18 152	2 400	15 752
6233 Material de escritório	76 321	-26 610	49 712	141 180	-91 468
6234 Artigos para oferta	11 446	12 867	24 314	4 500	19 814
624 Energia e fluídos	138 696	3 227	141 923	150 950	-9 027
6241 Electricidade	106 916	6 191	113 107	115 200	-2 093
6242 Combustíveis	17 953	-4 508	13 445	19 550	-6 105
6243 Água	13 827	1 544	15 371	16 200	-829
625 Deslocações e estadas	489 897	-197 010	292 887	484 600	-191 713
6251 Deslocações e estadas	489 897	-197 010	292 887	484 600	-191 713
625101 Refeições	112 193	-51 641	60 551	110 400	-49 849
625102 Deslocações	239 932	-91 941	147 991	248 000	-100 009
625103 Estadas	137 773	-53 428	84 345	126 200	-41 855
626 Serviços diversos	3 230 051	65 133	3 295 184	3 154 590	140 594
6261 Rendas e alugueres	387 578	-120 640	266 938	381 810	-114 872
6262 Comunicação	1 275 500	1 655	1 277 155	1 277 780	-625
6263 Seguros	1 441 152	179 629	1 620 780	1 361 030	259 750
6265 Contencioso e notariado	14 740	12 877	27 618	18 600	9 018
6266 Despesas de representação	3 524	-2 723	802	15 000	-14 199
6267 Limpeza, higiene e conforto	107 557	-5 665	101 892	100 370	1 522
63 Gastos com o pessoal	**4 604 075**	**-365 660**	**4 238 415**	**4 728 090**	**-489 675**
631 Remunerações Orgãos da Ordem	984 551	-175 511	809 040	977 400	-168 360
632 Remunerações do pessoal	2 694 393	-103 801	2 590 592	2 819 510	-228 918
635 Encargos sobre remunerações	784 119	-65 690	718 429	812 210	-93 781
636 Seguros de acidentes no trabalho	18 188	-1 198	16 991	16 620	371
637 Gastos de ação social	30 380	-6 094	24 286	32 000	-7 714
638 Outros gastos com o pessoal	92 445	-13 367	79 078	70 350	8 728
64 Gastos de depreciação e amortização	**589 903**	**395 008**	**984 911**	**921 130**	**63 781**
642 Ativos fixos tangíveis	425 393	395 003	820 396	753 130	67 266
643 Ativos intangíveis	164 510	5	164 515	168 000	-3 485
65 Perdas por imparidade	**244 530**	**631 328**	**875 858**	**250 000**	**625 858**
651 Em dívidas a receber	244 530	630 235	874 765	250 000	624 765
652 Em inventários	0	1 093	1 093	0	1 093

(continuação) *Euros*

Rubricas	2016	Variação 2016/2017	2017	Orçamento 2017	Desvio face ao orçamento
67 Provisões do período	**0**	**156 000**	**156 000**	**0**	**156 000**
673 Processos judiciais em curso	0	8 000	8 000	0	8 000
678 Outras provisões	0	148 000	148 000	0	148 000
68 Outros gastos	**304 031**	**248 827**	**552 925**	**645 500**	**-92 575**
6811 Impostos diretos	40 448	3 524	43 973	40 500	3 473
6812 Impostos indiretos	1 580	11	1 591	1 610	-19
6813 Taxas	4 540	2 558	7 097	0	7 097
684 Perdas em inventários	7 350	-7 350	0	0	0
6871 Alienações-ativos tangíveis	0	0	0	46 710	-46 710
6881 Correções períodos anteriores	67 341	-16 479	50 862	0	50 862
6882 Donativos	18 080	-17 080	1 000	200 000	-199 000
6883 Quotizações	55 266	205 903	261 170	250 480	10 690
6887 Diferenças de câmbio desfavoráveis			67		67
6888 Outros	109 427	77 739	187 166	106 200	80 966
69 Gastos de financiamento	**70 856**	**36 343**	**107 199**	**129 600**	**-22 401**
6911 Juros de financiamentos obtidos	29 344	45 801	75 145	81 600	-6 455
6917 Juros contrato de locação financeira	41 512	-9 458	32 054	48 000	-15 946
Total	**15 597 918**	**167 295**	**15 765 279**	**20 034 560**	**-4 269 281**

O custo das mercadorias vendidas está sobretudo relacionada com a venda de manuais de formação.

Os fornecimentos e serviços externos que agregam subrubricas relevantes para o funcionamento e desempenho da Ordem, merecem da nossa parte especial atenção as que passamos a apreciar:

- Os subcontratos incluem o desenvolvimento do SICC (Sistema de Informação do Contabilista Certificado), os serviços de desenvolvimento e atualização das ferramentas informáticas disponibilizadas aos membros, os módulos do TOConline e a produção de vinhetas. Assim, resulta desta subrubrica um aumento face ao valor orçamento, o qual teve origem no desempenho e desenvolvimento do TOConline e que potenciou um aumento dos rendimentos;

Os serviços especializados são uma componente importante e relevante dos fornecimentos e serviços externos, com um peso de 41%, apresentando em 2017 um valor inferior em 4 504 618 euros (-56%) face ao valor orçamentado. Existem algumas subrubricas dos serviços especializados que nos merecem observação mais cuidada, e pormenorizada e que passamos a observar:

• Os trabalhos especializados apresentam um desvio favorável face ao orçamento de 2 383 673 euros (-60%), resultante, sobretudo, da não ocorrência da formação no âmbito do SNC-AP. O mesmo acontece em relação aos honorários que apresentam um desvio de 1 162 494 euros (-53%) em relação ao valor orçamentado. Salienta-se que os trabalhos especializados e os honorários registaram também uma redução de valores associados às comissões e grupos de trabalho da Ordem;

• Na componente publicidade e propaganda, registou-se uma redução de 616.610 euros (-90%) face ao valor do orçamento, que resulta do cancelamento de protocolos com alguns órgãos de comunicação social;

• Ao nível da conservação e reparação, verificou-se um desvio de 263 156 euros (-36%) face ao valor orçamentado;

• Em outros gastos, referentes aos serviços especializados, é de destacar em especial a referência à contribuição para o fundo de pensões no valor de 163 436 euros.

Os gastos com deslocações e estadas apresentam um desvio favorável expressivo de 191 713 euros (-40%) face ao valor orçamentado e um desvio em relação ao ano de 2016 de 197 010 euros. Esta redução no valor das deslocações e estadas face a 2016 e ao valor orçamentado está diretamente relacionada com o menor número de deslocações efetuadas pelas comissões e grupos de trabalho.

Os serviços diversos apresentam um aumento face ao valor apresentado no orçamento de 140 594 euros (+4%), estando incluído nesta rubrica as rendas e alugueres que registam uma diminuição face ao orçamento de 114 842 euros (-30%) devido à impossibilidade de realização da formação prevista do SNC-AP. Ao nível dos seguros, que registaram um aumento de 259 750 euros (+19%) face ao valor orçamentado, os mais relevantes são o seguro de responsabilidade civil e o seguro de saúde disponibilizados aos membros. O seguro de responsabilidade civil sofreu um ajustamento devido ao enorme aumento de sinistros apresentados e pagos.

Investimentos

Os investimentos realizados no período em apreço totalizaram 2 101 826 euros, conforme se demonstra no quadro a seguir:

Quadro 5 – Investimentos

Euros

Descrição	2016 reexpresso	Adições	Ajustamento / Abate	Transferência	31/12/2017
Terrenos e recursos naturais	4 035 285			450 860	4 486 144
Edifícios e outras construções	21 275 921			4 258 522	25 534 442
Equipamento de transporte	267 150				267 150
Equipamento administrativo	3 739 245	63 772		261 960	4 064 977
Outros ativos tangíveis	227 069				227 069
Investimentos em curso-Instalações	4 156 238	2 052 875	-14 822	-4 709 382	1 484 910
Investimentos em curso-WEB TV	261 960			-261 960	0
Ativo bruto	**33 962 867**	**2 116 648**	**-14 822**	**0**	**36 064 693**
Depreciações acumuladas	7 668 704	820 396			8 489 100
Quantia escriturada	**26 294 163**	**1 296 252**	**-14 822**	**0**	**27 575 593**
Bens do património histórico e cultural	**2016 reexpresso**	**Adições**	**Ajustamento / Abate**	**Transferência**	**31/12/2017**
Bens do património histórico e cultural	**66 860**				**66 860**
Investimentos em curso-Outros	**90 000**	**40 000**			**130 000**
Quantia escriturada	**156 860**	**40 000**	**0**	**0**	**196 860**

No ano de 2017 terminou o investimento em curso no auditório de Lisboa, o que levou à transferência para terrenos e edifícios do valor que se encontrava em curso. O investimento total em terrenos e edifícios soma atualmente 30 020 586 euros.

De seguida apresenta-se um quadro para análise dos investimentos concluídos ou em curso:

Quadro 6

Euros

Projeto de investimento Lisboa e Porto	Orçamento	Investimento realizado até 31/12/2017	Valores pagos	Capitais próprios
Porto – Largo 1.º de Dezembro, n.º 43 e 62				
Custos totais de aquisição	3 027 000	3 219 475	3 219 475	1 219 475
Obras	3 513 900	4 171 591	4 022 222	2 022 222
Subtotal	**6 540 900**	**7 391 066**	**7 241 697**	**3 241 697**
Lisboa – Av. Defensores de Chaves, 83 e 85				
Custos totais de aquisição	1 798 950	1 803 440	1 803 440	1 018 440
Obras	1 840 080	2 905 942	2 555 085	1 115 085
Subtotal	**3 639 030**	**4 709 382**	**4 358 525**	**2 133 525**
Lisboa – Casa do CC				
Custos totais de aquisição	1 288 800	1 315 121	640 121	640 121
Obras	100 000	169 788	169 788	169 788
Provisão para alterações	431 270			
Subtotal	**1 820 070**	**1 484 910**	**809 909**	**809 909**
Total	**12 000 000**	**13 585 357**	**12 410 131**	**6 185 132**

Os investimentos efetuados em Lisboa e Porto com um orçamento total de 12 000 000 euros foram financiados com fundos patrimoniais próprios no montante de 6 185 132 euros (52%).

Quadro 7

Euros

Projeto de investimento/financiamento Lisboa e Porto	Financiamento aprovado	Financiamento utilizado	Amortização da dívida	Capital em dívida	Financiamento autilizar
Porto -Largo 1.º de dezembro, n.º 43 e 62					
Custos totais de aquisição	2 000 000	2 000 000	333 333	1666 667	0
Obras	2 000 000	2 000 000	0	2 000 000	0
Subtotal	**4 000 000**	**4 000 000**	**333 333**	**3 666 667**	**0**
Lisboa - Av. Defensores de Chaves, 83 e 85					
Custos totais de aquisição	785 000	785 000	0	785 000	0
Obras	1440 000	1440 000	0	1440 000	0
Subtotal	**2 225 000**	**2 225 000**	**0**	**2 225 000**	**0**
Lisboa -Casa do CC					
Custos totais de aquisição	675 000	675 000	112 339	562 661	0
Obras	100 000	0	0	0	100 000
Subtotal	**775 000**	**675 000**	**112 339**	**562 661**	**100 000**
Total	**7 000 000**	**6 900 000**	**445 672**	**6 454 328**	**100 000**

O financiamento utilizado para os projetos de investimento de Lisboa e Porto ascende a 6 900 000 euros, sendo que já foi amortizado 445 672 euros, estando em dívida o montante de 6 454 328 euros.

Responsabilidade social

A distribuição etária e de género dos profissionais, no âmbito de análise da instituição, é um aspeto de grande relevância.

Em 31 de dezembro de 2017, do universo de 70 443 membros inscritos na Ordem, 47,3% são homens e 52,7% são mulheres, o que não deixa de ser revelador da crescente importância que as mulheres têm na nossa profissão.

Os dados comparados com o período anterior permitem verificar um ligeiro aumento do número de mulheres, sendo que a percentagem de mulheres em 2016 era de 52,3% e em 2017 era de 52,7%.

Por outro lado, a estrutura etária da profissão revela um grande equilíbrio entre a juventude e o que poderíamos chamar o «saber de experiência feito», atendendo a que o maior número de profissionais se situa entre os 35 e os 50 anos (58,8%), conforme quadro que se segue:

Quadro 8 – Faixa etária

Faixa etária	F	M	Total	%
< 25	364	140	504	0,7%
>= 25 e < 30	1313	522	1835	2,6%
>= 30 e < 35	2199	994	3193	4,5%
>= 35 e < 40	6433	3208	9641	13,7%
>= 40 e < 45	12127	7122	19249	27,3%
>= 45 e < 50	6993	5553	12546	17,8%
>= 50 e < 55	3168	3261	6429	9,1%
>= 55 e < 60	1924	3043	4967	7,1%
>= 60 e < 65	1472	3296	4768	6,8%
>= 65	1127	6184	7311	10,4%
Total	**37120**	**33323**	**70443**	**100,0%**

Em conformidade com o compromisso assumido, mantendo a tradição, a Ordem procedeu à entrega das verbas provenientes da renda do edifício situado na Avenida 24 de Julho, ao fundo de pensões. Em 2017, o contributo ascendeu a 163 436 euros, tendo até ao final do ano de 2017 totalizado 6 900 644 euros, conforme quadro seguinte:

Quadro 9 – Fundo de pensões

Euros

Ano	Anual	Acumulado
Até 2014	166435	6409942
2015	163830	6573772
2016	163436	6737208
2017	163436	6900644

Conforme quadro a seguir apresentado, 28 membros beneficiaram do fundo de solidariedade social em 2017, sendo o valor total de 82 278 euros.

Quadro 10 –Beneficiários do fundo de solidariedade social

Euros

Beneficiários	2014	2015	2016	2017
N.º de beneficiários	157	31	31	28
Valor pago	271723	55677	70352	82278

O quadro 11 elenca de forma discriminada, por natureza dos gastos, uma análise evolutiva de 2014 a 2017, dos montantes utilizados para apoio aos membros.

Quadro 11 – Análise dos gastos-Apoio aos membros

Euros

Rubricas	2014	2015	2016	2017
Seguro responsabilidade civil CC	416 756	421 519	552 087	692 221
Seguro de saúde CC	723 330	809 266	858 505	895 433
SICC	194 703	149 365	153 295	153 993
Revista Contabilista	959 420	910 251	918 981	886 792
Revista Contabilidade e Gestão	33 169	27 841	26 204	18 732
Revista IDEF	15 248	15 248	15 248	15 248
Fundo de Pensões	166 435	163 830	163 436	163 436
Reuniões livres	381 153	360 634	369 422	349 394
Fundo de solidariedade social	58 381	55 677	70 352	82 278
Departamento Técnico	476 704	466 423	474 288	468 957
Representações	285 600	281 113	320 956	332 516
Total	**3 710 899**	**3 661 167**	**3 922 775**	**4 059 000**

No quadro seguinte podemos aferir o retorno direto aos membros, considerando as comparticipações financeiras:

Quadro 12

Euros

Retorno direto por membro	2014	2015	2016	2017
N.º membros	71 825	71 565	70 975	70 443
Devolução anual	51,67	51,16	55,27	57,62
Devolução mensal	4,31	4,26	4,61	4,80

Conclusão

Face aos valores e considerações apresentadas, a execução orçamental dos rendimentos e dos gastos foi de 81% e de 79%, respetivamente.

Verifica-se assim uma execução inferior ao orçamentado devido essencialmente à não realização da formação do SNC-AP. As restantes rubricas demonstram o bom desempenho de todos os envolvidos na vida da Ordem: membros, colaboradores e dirigentes, parceiros e fornecedores de bens e serviços, entre outros.

O Conselho Diretivo agradece e reconhece que sem o trabalho, dedicação e empenho de todos os colaboradores internos e externos da Ordem, os resultados alcançados não seriam possíveis.

XII PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO DE 2017

O resultado líquido do período apresenta um valor positivo de 799 437,76 euros, embora a tesouraria da Ordem não reflita este resultado devido aos investimentos efetuados.

Face ao que antecede, o Conselho Diretivo propõe à Assembleia Representativa o seguinte:

1. Que seja aprovado o relatório e contas do período de 2017.

2. Que seja efetuada a seguinte aplicação do resultado líquido do período:

2.1. A importância de 483 512,75 euros para a conta de «Fundos»;

2.2. A importância de 233 646,53 euros para a conta de «Resultados transitados»;

2.3. A importância de 82 278,48 euros para a conta «Fundo de solidariedade social.»

Lisboa, 3 de abril 2018.

Conselho Diretivo

Bastonária	Vice-presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
Paula Franco	Filomena Felgueiras Moreira	José Pedro Ganchos Farinha	Manuel Madeira Teixeira	Joaquim Jorge Barbosa	Álvaro Jorge da Silva Costa	Ana Cristina Pena Silva

XIII DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço em 31 de dezembro de 2017

Euros

Rubricas	Notas	2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4/6	27 575 593	26 602 212
Bens do património histórico e cultural	4	196 860	156 860
Ativos Intangíveis	5	251 360	415 874
Outros créditos e ativos não correntes		4 131	2 472
Subtotal		**28 027 944**	**27 177 418**
Ativo corrente			
Inventários	7	0	1 093
Créditos a receber	11.1	4 718	7 501
Membros	11.1/11.2	1 242 845	1 756 027
Diferimentos	15.2	208 521	196 060
Outros ativos correntes	11.1	42 844	57 176
Caixa e depósitos bancários	11.3	125 936	69 465
Subtotal		**1 624 863**	**2 087 323**
Total do ativo		**29 652 806**	**29 264 741**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15.4	15 028 522	15 013 431
Resultados transitados	3.3	-233 647	-116 503
Reservas fundo de solidariedade social	15.4	167 722	179 648
Outras variações nos fundos patrimoniais	15.4	20 000	20 000
Subtotal		**14 982 597**	**15 096 576**
Resultado liquido do período		799 438	201 946
Total dos fundos patrimoniais		**15 782 035**	**15 298 522**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	9	156 000	51 391
Financiamentos obtidos	6	7 302 495	7 501 608
Outras dívidas a pagar		229 076	171 112
Subtotal		**7 687 570**	**7 724 110**
Passivo corrente			
Fornecedores	11.1	874 723	1 292 229
Estado e outros entes públicos	15.1	164 874	236 031
Financiamentos obtidos	6	2 878 356	2 500 943
Diferimentos	15.2	198 079	493 069
Outros passivos correntes	11.1/13	2 067 170	1 719 838
Subtotal		**6 183 202**	**6 242 109**
Total do Passivo		**13 870 772**	**13 966 219**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**29 652 806**	**29 264 741**

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2017

Euros

Rendimentos e Gastos	Notas	2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	15 676 188	14 894 729
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-613	-418
Fornecimentos e serviços externos	12	-8 849 358	-9 784 104
Gastos com o pessoal	13	-4 238 415	-4 604 075
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	7	-1093	0
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.2	-745 566	-220 678
Provisões (aumentos/reduções)	9	-104 859	0
Outros rendimentos	8	708 565	881282
Outros gastos	14	-552 925	-304 031
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**1891924**	**862 705**
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4/5	-984 911	-589 903
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**907 013**	**272 802**
Juros e gastos similares suportados	6	-107 199	-70 856
Resultado antes de impostos		**799 813**	**201946**
Imposto sobre o rendimento do periodo	10	**-376**	
Resultado liquido do periodo		**799 438**	**201946**

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período 2017

Euros

Reconciliação dos fundos patrimoniais	Fundos	Reservas fundo solidariedade social	Resultados transitados	Outras variações de fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Posição em 1 de janeiro de 2017 (ESNL)	**15 013 431**	**179 648**	**-116 503**	**20 000**	**201946**	**15 298 522**
Resultado líquido do período de 2016	15 091	70 352	201946		-201946	85 443
Outras variações		-82 278	-319 090		799 438	398 069
Posição em 31 de dezembro de 2017 (ESNL)	**15 028 522**	**167 722**	**-233 647**	**20 000**	**799 438**	**15 782 035**

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período 2016

Euros

Reconciliação dos fundos patrimoniais	Fundos	Reservas fundo solidariedade social	Resultados transitados	Outras variações de fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Posição em 1 de janeiro de 2016 (ESNL)	**14 829 706**	**194 323**	**0**	**20 000**	**239 402**	**15 283 431**
Resultado líquido do período de 2015			239 402		-239 402	0,00
Outras variações	183 725	-14 675	-355 905		201946	15 091
Posição em 31 de dezembro de 2016 (ESNL)	**15 013 431**	**179 648**	**-116 503**	**20 000**	**201946**	**15 298 522**

Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2017

Euros

Rubricas	Notas	2017	2016
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Recebimentos de membros		16 676 381	16 686 897
Pagamentos a fornecedores		-10 774 252	-10 840 822
Pagamentos ao pessoal		-4 120 486	-4 456 237
Caixa geradas pelas operações		**1781643**	**1389838**
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		**0**	**738**
Outros recebimentos/pagamentos		**55 284**	**105 820**
Fluxos das atividades operacionais (1)		**1836 927**	**1496 396**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-1963 073	-3 777 698
Ativos Intangíveis		0	-217 611
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		178 012	163 436
Fluxos das atividades de investimento (2)		**-1785 061**	**-3 831873**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1177 112	3 143 651
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos de depósitos bancários		-354 748	-616 667
Juros e gastos similares		-101534	-60 383
Financiamentos obtidos de locação financeira		-716 226	-704 045
Fluxos de atividades de financiamento (3)		**4 604**	**1762 556**
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		**56 470**	**-572 920**
Caixa e seus equivalentes no início do período	11.3/15.3	69 465	642 386
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.3/15.3	125 936	69 465

ANEXO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1 . IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1. Designação da entidade: Ordem dos Contabilistas Certificados

1.2. Sede: Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45, em Lisboa

1.3 - Número identificação pessoa coletiva: 503692310

1.4. Natureza da atividade: A Ordem dos Contabilistas Certificados, adiante designada por OCC ou Ordem, é uma pessoa coletiva de direito público, criada pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/09, de 26 de outubro, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de Janeiro, cuja redação em vigor consta da Lei nº 139/2015, de 7 de setembro (Estatuto e Código Deontológico). A Ordem representa os profissionais que, nos termos do presente Estatuto e demais disposições legais aplicáveis, exercem a atividade profissional de contabilista certificado.

1.5. Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 . Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as novas disposições previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, a Ordem aplica a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL) do SNC, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 29 de julho de 2015, através do Aviso n.º 8259/2015.

Atendendo ao disposto no ponto 2.3 da NCRF-ESNL que refere: «Sempre que esta Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deve recorrer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

a) Às NCRF e Normas Interpretativas (NI);

b) Às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;

c) Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).»

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.
No presente período não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.
Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2016.

3. Base de Apresentação e Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Principais políticas contabilísticas:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

a) Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Ordem continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

b) Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilis-

ticamente e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas «Devedores e credores por acréscimos» e «Diferimentos».

c) Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

d) Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

e) Compensação

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados.

f) Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações da Ordem, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;

b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

c) A razão para a reclassificação.

3.2. Principais políticas contabilísticas:

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Ordem, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

a1) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas resultam da atribuição dos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	entre 20 e 50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

A vida útil e os métodos de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados por naturezas do período em que venham a ocorrer.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da alienação ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se reconhecidos ao custo de aquisição.

Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

a2) Bens do património histórico e cultural

Os «Bens do património histórico e cultural» encontram-se reconhecidos pelo seu custo histórico.

Nos bens sujeitos a depreciação as taxas utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada

a3) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes amortizações.

As despesas de desenvolvimento e de manutenção foram reconhecidas como gastos.

O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em regime de duodécimos.

Ativo intangível	Vida útil estimada
Programas de computador	Entre 3 anos a 6 anos

a4) Provisões e passivos contingentes

Periodicamente, a Ordem analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Ordem reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Ordem reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões foram revistas na data do balanço e ajustadas, de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. No entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota.

Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

a5) Imparidade de ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos da Ordem com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

a6) Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou, como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

a7) Custos de empréstimos obtidos

Neste capítulo é adotada a política de capitalização dos juros dos financiamentos obtidos, quando estão diretamente ligados com os ativos fixos tangíveis em curso.

a8) Inventários

As mercadorias encontram-se reconhecidas ao custo de aquisição ou ao valor realizável liquido, dos dois o mais baixo.

O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO, fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

a9) Rendimentos e gastos

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou, a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;

- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;

• Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

• A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Ordem e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

a10) Imposto sobre o rendimento

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é efetuado pelo método do imposto a pagar.

Para as finalidades deste capítulo, o termo «imposto sobre o rendimento» inclui todos os impostos baseados em lucros tributáveis incluindo as tributações autónomas, que sejam devidas em qualquer jurisdição fiscal.

Os impostos sobre o rendimento para períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se a quantia já paga com respeito a períodos correntes e anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso deve ser reconhecido como um ativo.

Os passivos (ativos) por impostos sobre o rendimento dos períodos correntes e anteriores devem ser mensurados pela quantia que se espera que seja paga (recuperada de) às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço.

As quantias de impostos sobre o rendimento relacionadas com as transações correntes ou outros acontecimentos geradores de imposto no período, devem ser reconhecidas como um gasto a afetar os resultados do período.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Ordem dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

a11) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Alterações no risco segurado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - Alterações no preço do bem locado;
        - Alterações na taxa de câmbio;
        - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Membros e outros créditos a receber

As dívidas dos membros e outros créditos a receber estão mensuradas ao custo menos eventuais perdas de imparidade acumuladas, de forma que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido à data de relato.

As dívidas dos membros e de outros créditos a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Financiamentos obtidos

Os empréstimos, quando existentes, são reconhecidos pelo valor nominal recebido.

Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas de acordo com o regime de acréscimo (periodização económica), sendo capitalizados quando estão diretamente relacionados com os ativos em curso.

Os empréstimos são apresentados no balanço como passivos correntes, a não ser que a Ordem tenha o direito incondicional para diferir o passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que são apresentados no passivo não corrente do balanço.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Classificação de fundos patrimoniais e passivo

Os passivos financeiros e os fundos patrimoniais são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas e apresentadas nas rubricas «Outros ativos correntes», «Outros passivos correntes» e «Diferimentos» do balanço.

a12) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémio de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais deliberadas pontualmente pelo Conselho Diretivo.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

a) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Ordem.

b) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.2 Alterações de estimativas contabilísticas

O reconhecimento de perdas por imparidades tem sido efetuado numa ótica de prudência. No entanto, com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2017, foi efetuada uma nova avaliação do presente estado dos ativos subjacentes e respetivos benefícios futuros esperados associados, da qual resultou o reconhecimento de perdas por imparidade conforme apresentado no quadro da nota 11.1 e 11.2.

3.3 Correção de erros de períodos anteriores

Nos termos do ponto 6.9 da NCRF-ESNL, foram efetuadas correções com reporte ao período anterior, as quais são apresentadas na coluna «Reexpressão» do balanço e da demonstração dos resultados por natureza abaixo, a título meramente demonstrativo, e que corresponde ao que deveria ter sido reconhecido em 2016, conforme disposto no ponto 3.4 do anexo 16 da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho.

Face ao exposto, procedemos ao ajustamento das depreciações, bem com dos encargos de financiamento indevidamente capitalizados, por se considerar que as instalações do Porto estavam já disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento na data da inauguração que ocorreu em 19 de março de 2016.

Acresce que, durante o período de 2017 foi efetuada uma alteração aos pressupostos das responsabilidades por benefícios dos membros dos Órgãos Sociais da Ordem, originando alterações nos valores estimados para o subsídio de férias, nos períodos anteriores, tendo como origem a verificação da deliberação da Ata n.º 188/15 do Conselho Diretivo, de 6 de janeiro de 2015, em que foi definido a atribuição de 14 meses/ano de vencimentos aos Órgãos Sociais.

Balanço em 31 de dezembro de 2017 (reexpressão)

Rubricas	Notas	31/12/2017	31/12/2016	Reexpressão	2016 reexpresso
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	4/6	27 575 593	26 602 212	-308 048	26 294 163
Bens do património histórico e cultural	4	196 860	156 860		156 860
Ativos Intangíveis	5	251 360	415 874		415 874
Outros créditos e ativos não correntes		4 131	2 472		2 472
Subtotal		**28 027 944**	**27 177 418**	**-308 048**	**26 869 370**
Ativo corrente					
Inventários	7	0	1 093		1 093
Créditos a receber	11.1	4 718	7 501		7 501
Membros	11.1/11.2	1 242 845	1 756 027		1 756 027
Diferimentos	15.2	208 521	196 060		196 060
Outros ativos correntes	11.1	42 844	57 176		57 176
Caixa e depósitos bancários	11.3	125 936	69 465		69 465
Subtotal		**1 624 863**	**2 087 323**	**0**	**2 087 323**
Total do ativo		**29 652 806**	**29 264 741**	**-308 048**	**28 956 693**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO					
Fundos patrimoniais					
Fundos	15.4	15 028 522	15 013 431		15 013 431
Resultados transitados	3.3	-233 647	-116 503		-116 503
Reservas fundo de solidariedade social	15.4	167 722	179 648		179 648
Outras variações nos fundos patrimoniais	15.4	20 000	20 000		20 000
Subtotal		**14 982 597**	**15 096 576**	**0**	**15 096 576**
Resultado liquido do período		799 438	201 946	-233 647	-31 700
Total dos fundos patrimoniais		**15 782 035**	**15 298 522**	**-233 647**	**15 064 875**
Passivo					
Passivo não corrente					
Provisões	9	156 000	51 391		51 391
Financiamentos obtidos	6	7 302 495	7 501 608		7 501 608
Outras dívidas a pagar		229 076	171 112		171 112
Subtotal		**7 687 570**	**7 724 110**	**0**	**7 724 110**
Passivo corrente					
Fornecedores	11.1	874 723	1 292 229		1 292 229
Estado e outros entes públicos	15.1	164 874	236 031		236 031
Financiamentos obtidos	6	2 878 356	2 500 943		2 500 943
Diferimentos	15.2	198 079	493 069		493 069
Outros passivos correntes	11.1/13	2 067 170	1 719 838	-74 402	1 645 436
Subtotal		**6 183 202**	**6 242 109**	**-74 402**	**6 167 707**
Total do passivo		**13 870 772**	**13 966 219**	**-74 402**	**13 891 817**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**29 652 806**	**29 264 741**	**-308 048**	**28 956 693**

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2016 (reexpressão)

Rendimentos e Gastos	Notas	2017	2016	Reexpressão	2016 reexpresso
Vendas e serviços prestados	8	15 676 188	14 894 729		14 894 729
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-613	-418		-418
Fornecimentos e serviços externos	12	-8 849 358	-9 784 104		-9 784 104
Gastos com o pessoal	13	-4 238 415	-4 604 075	74 402	-4 529 673
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	7	-1 093	0		0
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.2	-745 566	-220 678		-220 678
Provisões (aumentos/reduções)	9	-104 859	0		0
Outros rendimentos	8	708 565	881 282		881 282
Outros gastos	14	-552 925	-304 031		-304 031
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**1 891 924**	**862 705**	**74 402**	**937 107**
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4/5	-984 911	-589 903	-274 425	-864 328
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impos-tos)		**907 013**	**272 802**	**-200 023**	**72 779**
Juros e gastos similares suportados	6	-107 199	-70 856	-33 623	-104 480
Resultado antes de impostos		**799 813**	**201 946**	**-233 647**	**-31 700**
Imposto sobre o rendimento do periodo	10	-376			
Resultado líquido do periodo		**799 438**	**201 946**	**-233 647**	**-31 700**

4. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, apresentam-se no seguinte quadro:

Descrição	2016 reexpresso	Adições	Ajustamento /Abate	Transferência	31/12/2017
Terrenos e recursos naturais	4 035 285			450 860	4 486 144
Edifícios e outras construções	21 275 921			4 258 522	25 534 442
Equipamento de transporte	267 150				267 150
Equipamento administrativo	3 739 245	63 772		261 960	4 064 977
Outros ativos tangíveis	227 069				227 069
Investimentos em curso-Instalações	4 156 238	2 052 875	-14 822	-4 709 382	1 484 910
Investimentos em curso-WEB TV	261 960			-261 960	0
Ativo bruto	**33 962 867**	**2 116 648**	**-14 822**	**0**	**36 064 693**
Depreciações acumuladas	7 668 704	820 396			8 489 100
Quantia escriturada	**26 294 163**	**1 296 252**	**-14 822**	**0**	**27 575 593**

Bens do património histórico e cultural	31/12/2016	Adições	Ajustamento /Abate	Transferência	31/12/2017
Bens do património histórico e cultural	**66 860**				**66 860**
Investimentos em curso-Outros	**90 000**	**40 000**			**130 000**
Quantia escriturada	**156 860**	**40 000**	**0**	**0**	**196 860**

Por se considerar que os investimentos em curso se encontravam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento, procedemos à sua transferência para ativos fixos tangíveis, nos termos que se apresenta nos quadros seguintes:

Depreciações

Designação	Data de utilização	Valor contabilístico	Taxa	Período 2016	Período 2017	Acumulada	Quantia Escriturada
Edifícios e outras construções - mercado nacional							
Terreno-Largo 1.º de Dezembro, nº 43 e 62	19/03/2016	804 869					804 869
Edifício-Largo 1.º de Dezembro, n.º 43 e 62	19/03/2016	6 586 197	5,00	274 425	329 310	603 735	5 982 462
Subtotal		**7 391 066**		**274 425**	**329 310**	**603 735**	**6 787 331**
Edifícios e outras construções- mercado nacional							
Terreno-Av. Defensores de Chaves, R/C n.º 83 a 85 B	23/10/2017	450 860					450 860
Edifício-Av. Defensores de Chaves, 83 a 85 B	23/10/2017	4 258 522	5,00		53 232	53 232	4 205 290
Subtotal		**4 709 382**		**0**	**53 232**	**53 232**	**4 656 150**
Total		**12 100 447**		**274 425**	**382 541**	**656 966**	**11 443 481**

Descrição	31/12/2016	Adições	Ajust. / Abate	Transferência	31/12/2017
Quantia bruta escriturada inicial					
Av. Defensores de Chaves, R/C 85 a 85B	601 413			601 413	0
Av. Defensores de Chaves, R/C 83 a 83C	2 089 021	2 033 769	14 822	4 107 969	0
Largo 1.º de Dezembro, 43 e 62	7 424 689		33 623	7 391 066	0
Av. Almirante Gago Coutinho, n.º 121 e 121 A	1 465 804	19 106,29			1 484 910
Quantia bruta escriturada final	**11 580 927**	**2 052 875**	**48 445**	**12 100 447**	**1 484 910**

Designação	Investimento realizado	Ativos Fixos Tangíveis	
		Terreno 25%	Edifícios 75%
Lisboa_Av. Defensores de Chaves, 83 e 85			
Custos totais de aquisição	1 803 440	450 860	1 352 580
Obras	2 905 942		2 905 942
Sub-total	**4 709 382**	**450 860**	**4 258 522**
Porto-Largo 1.º de dezembro, n.º 43 e 62			
Custos totais de aquisição	3 219 475	804 869	2 414 606
Obras	4 171 591		4 171 591
Subtotal	**7 391 066**	**804 869**	**6 586 197**
Total	**12 100 447**	**1 255 729**	**10 844 719**

Os investimentos em curso encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição e respeitam:

1. À aquisição da Casa do Contabilista na Avenida Almirante Gago Coutinho, n.º 121 e 121 A, em Lisboa. Os valores apresentados incluem as despesas com a coordenação e acompanhamento dos projetos e às obras de remodelação das instalações, a saber:

Investimentos em curso	valor de aquisição	Imposto do selo	IMT	Registo	Obras	TOTAL
Casa TOC - Av. Almirante Gago Coutinho, nº 121 e 121A	1 200 000	12 487	101 454	1 180	169 789	1 484 910

2. Aos projetos referentes ao desenvolvimento de dois trabalhos de investigação, intitulados «História da Contabilidade em Portugal» e «História da Profissão de Contabilista em Portugal», no âmbito do contrato de 36 meses celebrado em 4 de agosto de 2015 entre a Ordem e o CEPESE – Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade, no valor total de 200 000 euros.

Investimentos em curso	2015	2016	2017	Total
Projeto «História da Contabilidade em Portugal»	40 000	50 000	40 000	130 000

5. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.

As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em regime de duodécimos.

Foram determinadas vidas úteis finitas, de acordo com a expetativa da afetação do desempenho.

Descrição	31/12/2016	Adições	31/12/2017
Ativo intagível			
Programas de computador (TOConline)	426 501		426 501
Licenças Oracle	167 783		167 783
Licenças Microsoft	150 845		150 845
Programa de computador (AFE)	86 100		86 100
Ativo intangível bruto	**831 230**	**0**	**831 230**
Amortizações acumuladas	415 356	164 515	579 870
Amortização acumulada	**415 356**	**164 515**	**579 870**
Quantia escriturada	**415 874**	**-164 515**	**251 360**

6. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Financiamentos obtidos» apresentava a seguinte decomposição:

Instituições de crédito e sociedades financeiras	31/12/2017			31/12/2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários:						
Banco Comercial Português	496000		496 000	500 000		500 000
Banco Santander Totta	850 000		850 000	518 081		518 081
Banco BPI, S.A.	799 774	3 591892	4 391 667	766 667	3064555	3831222
Banco BPI, S.A. (JESSICA)		2 000 000	2000000		2 000 000	2 000 000
Locações financeiras:						
Banco Comercial Português	690 943	1 183 418	1874 361	681 343	1874 361	2 555 704
Banco BPI, S.A.	35 477	527 185	562662	34 852	562 692	597 544
Cartões de crédito:						
Banco, BPI, S.A.	6 162		6162			
Total	**2 878 356**	**7 302 495**	**10 180 851**	**2 500 943**	**7 501 608**	**10 002 551**

No que respeita às locações financeiras, a quantia escriturada líquida, à data do balanço, para cada categoria de ativo, apresenta-se no quadro seguinte:

Ativo não corrente	Valor de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Ativo fixo tangível			
Sede - Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45	9 448 020	1766 802	7 681 218
Investimentos em curso			
Casa do CC - Av. Almirante Gago Coutinho, n.º 121 e 121A	1 484 910	-	1 484 910

As depreciações incidem sobre o valor de aquisição, incluindo o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), adicionado das despesas com a celebração da escritura e deduzidos de 25% do valor do terreno, o qual não é depreciável.

No quadro seguinte apresenta-se o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço e o seu valor presente:

Descrição	Ano 2018	> 1ano e = 5anos	>5 anos	Total
Banco Comercial Português				
Contrato n.º 450002473	690 943	1183 418	0	1874 361
Banco BPI, S.A.				
Contrato n.º 20006211	35 477	147 983	379 202	562 662
Total das locações financeiras	**726 420**	**1331400**	**379 202**	**2 437 022**

Em 31 de dezembro de 2017, as responsabilidades refletidas no balanço da Ordem relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Designação	2018	2019 e seguintes	Total médio e longo prazo
Contrato n.º 450002473	690 943	1183 418	1874 361
Contrato n.º 20006211	35 477	527 185	562 662

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os montantes das locações financeiras incluídos na rubrica de «Financiamentos obtidos» apresentada no passivo não corrente do balanço constam do quadro seguinte:

Financiamentos obtidos não correntes locações financeiras	Contrato n.º 450002473		Contrato n.º 20006211	
	2017	2016	2017	2016
1 a 2 anos	700 679	690 943	36 074	35 444
2 a 3 anos	482 739	700 679	36 682	36 046
3 a 4 anos		482 739	37 299	36 659
4 a 5 anos			37 928	37 282
Mais de 5 anos			379 202	417 261
Total	**1183 418**	**1874 361**	**527 185**	**562 692**

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os inventários da Ordem, detalham-se no quadro que se segue:

Rubricas	31/12/2017			31/12/2016	
	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia Bruta	Quantia líquida
Mercadorias	1093	1093	0	1093	1093
Total	**1093**	**1093**	**0**	**1093**	**1093**

As quantias de inventários reconhecidas como um gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, detalham-se no quadro seguinte:

Movimentos	2017	2016
	Mercadorias	Mercadorias
Saldo inicial	1093	1093
Compras	613	418
Saldo final	-1093	-1093
Gastos no período	**613**	**418**

8. Rédito e outros rendimentos

A quantia de cada categoria significativa de rédito e outros rendimentos reconhecida durante os períodos de 2017 e 2016, apresentam-se no quadro seguinte:

Rubricas	2017	2016	Variação
Vendas			
Brochuras ações de formação	4 471	3 498	974
Subtotal	**4 471**	**3 498**	**974**
Prestação de serviços			
Jóias	86 800	76 000	10 800
Quotização			
Membros efetivos	10 152 402	10 218 618	-66 216
Membros suspensos	196 110	194 634	1 476
Inscrições ações de formação:			
Formação eventual	1 490 528	1 801 280	-310 752
Formação (segmentada, permanente, à distância e recorrente)	1 218 008	749 696	468 312
Conferências	24 506	53 988	-29 482
Congressos	57 085	24 530	32 555
Vinhetas	72 258	74 778	-2 520
Serviços de informática	2 119 931	1 583 017	536 913
Multas	254 090	114 691	139 399
Subtotal	**15 671 717**	**14 891 232**	**780 485**
Outros rendimentos			
Taxas e emolumentos e outros	448 691	593 337	-144 646
Publicidade	16 759	55 500	-38 741
Rendas em ativos fixos tangíveis	175 786	172 652	3 134
Outros	67 329	59 793	7 536
Subtotal	**708 565**	**881 282**	**-172 717**
Total	**16 384 753**	**15 776 011**	**608 742**

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Nos períodos de 2017 e 2016, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Provisões	Processos judiciais em curso	Outras Provisões	Total
Saldo em 1 de janeiro 2017	45 000	6 391	51 391
Aumentos	8 000	148 000	156 000
Reversões	45 000	6 141	51 141
Utilizações		250	250
Saldo em 31 de dezembro de 2017	8 000	148 000	156 000

Uma vez que deixaram de existir os motivos pelos quais justificaram a constituição das provisões em 2013, em virtude da decisão judicial de arquivamento do processo ocorrida no período de 2017, operou-se a sua reversão, por contrapartida de rendimentos do período, como se decompõe:

Provisões	Processos judiciais em curso	Outras Provisões	Total
Reversões	45 000	6 141	51 141

No período de 2017 foram reconhecidas provisões num total de 156 000 euros, 8 000 euros relativos a processos judiciais em curso e 148 000 euros em outras provisões, respeitantes a quantias a pagar em 2018 no âmbito do recente ato eleitoral.

Provisões	Processos judiciais em curso	Outras Provisões	Total
Aumentos	8 000	148 000	156 000

No que respeita à provisão respeitante ao ato eleitoral, a sua constituição fundamenta-se no facto desse processo decorrer da existência de uma obrigação presente em 31 de dezembro de 2017, na medida em que todo o processo deveria ter terminado essa data conforme previsto no Regulamento Eleitoral. De facto:

- Esta obrigação resulta do facto de tal ato ter sido anunciado em 2017 e ter criado a expetativa em terceiros que o mesmo iria ocorrer, de forma a suprir a falha de não ter acontecido em dezembro;

- Só assim, os novos membros podem tomar posse nas suas funções, como previsto no Regulamento Eleitoral, que também previa que ocorresse no dia 1 de janeiro de 2018;

• Em 31 de dezembro de 2017 havia, portanto, uma forte probabilidade de suportar encargos para cumprir esta obrigação, o que, de facto, se veio a verificar no período após a data do balanço;

• Os encargos necessários para fazer face a esta obrigação podem ser estimados com fiabilidade, na medida em que os mesmos ocorreram após a data do balanço, eliminando assim qualquer dúvida quanto à sua mensuração.

10. Impostos sobre o rendimento

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto dos períodos de 2017 e 2016 é a seguinte:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado antes de impostos	799 813	201946
Tributações autonómas	-376	
Resultado líquido do período	799 438	201946

O valor apurado do imposto sobre o rendimento do período de 2017 respeita à tributação autónoma calculada à taxa de 5% prevista no número 9 do artigo 88.º do Código do IRC, referente ao pagamento de compensações pela deslocação em viatura própria do trabalhador, ao serviço da Ordem.

11. Instrumentos financeiros

11.1. Fornecedores, outros passivos correntes, membros e créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de fornecedores, outros passivos correntes, membros e créditos a receber, apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2017			31/12/2016		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Ativos						
Membros	5 076 559	3 833 714	1 242 845	4 844 175	3 088 148	1756 027
Créditos a receber	4 718		4 718	7 501		7 501
Outros ativos correntes	57 374	14 530	42 844	71706	14 530	57 176
Total do ativo	**5 138 651**	**3 848 244**	**1 290 406**	**4 923 382**	**3 102 678**	**1 820 704**
Passivos						
Fornecedores	874 723		874 723	1 292 229		1 292 229
Outros passivos correntes	2 067 170		2 067 170	1719 838		1719 838
Total do passivo	**2 941 893**		**2 941 893**	**3 012 066**	**0**	**3 012 066**
Total liquido	**2 196 758**	**3 848 244**	**-1 651 487**	**1 911 316**	**3 102 678**	**-1 191 362**

12.2. Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber

O cálculo das perdas por imparidade dos créditos a receber é efetuado de acordo com a sua antiguidade.

De acordo com o exposto no ponto 3.2 do presente anexo, procedemos a um aumento do número de escalões de mora para enquadramento dos créditos vencidos, considerando um novo escalão de mora para os créditos vencidos entre 7 e 12 meses, e alterando o escalão para os créditos vencidos superiores a 25 meses, conforme o quadro que se segue:

Imparidades acumuladas de acordo com a antiguidade dos valores em dívida	Dívidas dos membros 31/12/2017	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos membros	Dívidas dos membros 31/12/2016	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos membros
até 6 meses	616 170		1 029 282	
De 7 a 12 meses	693 288	173 322		
De 13 a 18 meses	162 198	81 099	118 578	17 787
De 19 a 24 meses	102 438	76 828	138 264	34 566
De 25 a 48 meses	3 502 465	3 502 465	1 044 511	522 256
Superior a 49 meses			2 513 540	2 513 540
Total	**5 076 559**	**3 833 714**	**4 844 175**	**3 088 148**

O movimento líquido reconhecido no período de 2017 referente às perdas por imparidade e reversões de perdas por imparidade em créditos a receber é apresentado no quadro seguinte:

	Perdas por imparidade do período 2017	Reversões de perdas por imparidade 2017	Total
Dívidas a receber			
Membros	874 765	129 199	745 566
Total	**874 765**	**129 199**	**745 566**

	Perdas por imparidade do período 2016	Reversões de perdas por imparidade 2016	Total
Dívidas a receber			
Membros	244 530	23 852	220 678
Total	**244 530**	**23 852**	**220 678**

11.3. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	11 631	7 851
Depósitos à ordem	114 305	61 614
Total	**125 936**	**69 465**

12. Fornecimentos e serviços externos

Os gastos incorridos com «Fornecimentos e serviços externos» nos períodos de 2017 e de 2016 foram os seguintes:

Fornecimentos e serviços externos	2017	2016	variação
621 Subcontratos	1 430 965	1 139 166	291 800
622 Seviços especializados	3 596 222	4 687 501	-1 091 279
6221 Trabalhos especializados	1 562 567	1 712 214	-149 647
6222 Publicidade e propaganda	66 570	808 911	-742 341
6223 Vigilância e segurança	76 100	76 251	-151
6224 Honorários	1 028 026	1 124 218	-96 192
6226 Conservação e reparação	470 554	595 623	-125 070
6227 Serviços bancários	209 407	188 934	20 473
6228 Outros	182 997	181 349	1 648
623 Materiais	92 177	98 794	-6 617
6232 Livros e documentação técnica	18 152	11 026	7 125
6233 Material de escritório	49 712	76 321	-26 610
6234 Artigos para oferta	24 314	11 446	12 867
624 Energia e fluídos	141 923	138 696	3 227
6241 Eletricidade	113 107	106 916	6 191
6242 Combustíveis	13 445	17 953	-4 508
6243 Água	15 371	13 827	1 544
625 Deslocações e estadas	292 887	489 897	-197 010
6251 Deslocações e estadas	292 887	489 897	-197 010
625101 Refeições	60 551	112 193	-51 641
625102 Deslocações	147 991	239 932	-91 941
625103 Estadas	84 345	137 773	-53 428
626 Serviços diversos	3 295 184	3 230 051	65 133
6261 Rendas e alugueres	266 938	387 578	-120 640
6262 Comunicação	1 277 155	1 275 500	1 655
6263 Seguros	1 620 780	1 441 152	179 629
6265 Contencioso e notariado	27 618	14 740	12 877
6266 Despesas de representação	802	3 524	-2 723
6267 Limpeza, higiene e conforto	101 892	107 557	-5 665
Total	**8 849 358**	**9 784 104**	**-934 746**

13. Gastos com o pessoal

Os «Gastos com o pessoal» incorridos nos períodos de 2017 e 2016 foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2017	2016
Remunerações dos órgãos da OCC	809 040	984 551
Encargos sobre remunerações dos órgãos da OCC	174 187	216 718
Outros gastos	16 384	24 723
Remunerações do pessoal	2 590 592	2 694 393
Encargos sobre remunerações do pessoal	544 242	567 401
Outros gastos	103 970	116 289
Total	**4 238 415**	**4 604 075**

A rubrica «Outros gastos» inclui os gastos com a medicina no trabalho, formação, seguro de saúde e seguro de acidentes de trabalho.

As remunerações e demais encargos suportados com os órgãos da Ordem no período de 2017 foram os seguintes:

Gastos com os membros dos órgãos da OCC	Vencimento	Remunerações 13° mês	Remunerações 14° mês	Encargos s/ remunerações	Seguro acidentes trabalho	Seguro de Doença	Refeições	Deslocações	Estadas	Totais
Bastonária										
Filomena Maria Felgueiras Abreu Lima Moreira	73 200	6 100	6 100	18 977	704	493	2 443	3 397	9 957	121 371
Subtotal	**73 200**	**6 100**	**6 100**	**18 977**	**704**	**493**	**2 443**	**3 397**	**9 957**	**121 371**
Conselho Diretivo										
Ezequiel Antonio Nunes Fernandes	73 200	6 100	6 100	15 234	500	493	3 933	8 800	2 325	116 685
Claudia Isabel Afonso dos Santos	60 000	5 000	5 000	15 234	500	493	3 489	3 926	0	93 642
Rosa Teresa Reis Pinto Santos	60 000	5 000	5 000	15 234	500	493	3 033	5 746	6 441	101 446
José Carlos Cardoso Marques	60 000	5 000	5 000	15 234	500	493	8 857	19 832	10 176	125 092
Maria José da Silva Fernandes	19 500			4 349	500	493	1736	8 001	1350	35 928
Artur Maria da Silva	60 000	5 000	5 000	15 234	500	493	2 744	4 679	561	94 212
Subtotal	**332 700**	**26 100**	**26 100**	**80 521**	**2 999**	**2 957**	**23 792**	**50 985**	**20 853**	**567 006**
Assembleia Geral										
Manuel Antonio dos Santos	24 000	2 000	2 000	4 592	297		1442	272	0	35 095
Rui Fernando da Silva Rio	18 000	1500	1500	5 183	297	493	0	0	0	26 972
Antonio Carvalho Martins	9 600	800	800	3 423	297	493	0	0	0	15 413
Maria Leonor Romão Carreiro F. Ferreira da Silva	9 600	800	800	3 423	297	493	0	3 887	356	19 656
Subtotal	**61 200**	**5 100**	**5 100**	**16 621**	**1186**	**1478**	**1442**	**4 159**	**356**	**97 136**
Conselho Disciplinar										
Armando Pereira Marques	73 200	6 100	6 100	14 006	426	493	2 932	7 950	0	111 206
Alberto Carlos Morais Braz	42 960	3 580	3 580	13 404	426	493	0	4 319	1206	69 969
José Albino Prodêncio	42 960	3 580	3 580	13 404	426	493	0	6 354	1266	72 064
Subtotal	**159 120**	**13 260**	**13 260**	**40 814**	**1279**	**1478**	**2 932**	**18 624**	**2 472**	**253 239**
Conselho Fiscal										
António Joaquim Fernandes Cerqueira	42 000	3 500	3 500	10 927	183	493	2 020	7 609	2 488	72 720
Tomas Pires Vieira dos Santos	13 200	1100	1100	2 526	183	493	702	3 728	1028	24 060
Rita Gonçalves Cordeiro	15 100	1100	1100	3 801	183	493	155	1042	0	22 974
Subtotal	**70 300**	**5 700**	**5 700**	**17 254**	**549**	**1478**	**2 877**	**12 380**	**3 516**	**119 755**
Total	**696 520**	**56 260**	**56 260**	**174 187**	**6 717**	**7 885**	**33 486**	**89 544**	**37 154**	**1 158 506**

O número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras foi de 120 empregados (123 em 2016) e o número de membros dos órgãos da Ordem foi em 2017 e 2016 de 17 membros efetivos.

14. Outros gastos

Os «Outros gastos» incorridos nos períodos de 2017 e de 2016 foram os seguintes:

Descrição	2017	2016	variação
6811 Impostos diretos	43 973	40 448	3 524
6812 Impostos indiretos	1 591	1 580	11
6813 Taxas	7 097	4 540	2 558
684 Perdas em inventários	0	7 350	-7 350
6881 Correções períodos anteriores	50 862	67 341	-16 479
6882 Donativos	1 000	18 080	-17 080
6883 Quotizações	261 170	55 266	205 903
6887 Diferenças de câmbio desfavoráveis	67		67
6888 Outros	187 166	109 427	77 739
Total	**552 925**	**304 031**	**248 894**

15. Outras informações

15.1. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Imposto sobre o rendimento	376	0
Retenção de impostos sobre rendimentos	69 848	95 750
Imposto sobre o valor acrescentado	14 073	58 717
Contribuições para a Segurança Social	80 418	81 394
Fundo de compensação do trabalho	159	169
Total do passivo	**164 874**	**236 031**
Total líquido	**164 874**	**236 031**

15.2. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	31/12/2017	31/12/2016
Ativos		
Gastos a reconhecer		
Contratos de manutenção *software*	35 306	86 143
Material de economato	20 894	32 081
Juros - Contrato *leasing*	1 803	2 438
Outros		
Aluguer de salas		1 395
Manuais formação		16 769
Seguro de doença	41 514	37 747
Seguro de responsabilidade civil CC	49 575	
Deslocações e estadas		1 054
Quotizações de organizações internacionais	35 000	
Honorários de formadores		1 000
Seguros diversos	18 895	11 344
Outros	5 535	6 088
Total	**208 521**	**196 060**
Passivos		
Rendimentos a reconhecer		
Jóias, quotização, inscrições	198 079	493 069
Formação, rendas		
Total	**198 079**	**493 069**

15.3. Fluxos de caixa:

15.3.1. Divulgação dos recebimentos e pagamentos brutos:

Tesouraria	Janeiro real	Fevereiro real	Março real	Abril real	Maio real	Junho real	Julho real	Agosto real	Setembro real	Outubro real	Novembro real	Dezembro real	Acumulado
Recebimentos	**2 344 950**	**999 478,13**	**1 537 820**	**1 626 672**	**1 156 985**	**1 114 990**	**1 577 446**	**908 572**	**1 358 110**	**2 115 062**	**1 055 699**	**1 181 268**	**16 977 052**
Quotas recebidas	1 458 714	569 630	838 650	1 130 064	649 495	709 178	1 164 728	453 960	601 043	1 194 402	500 535	688 294	9 958 691
Ações formação	768 624	73 264	108 928	105 344	243 760	120 192	42 592	104 064	359 088	514 496	260 000	99 520	2 799 872
Outras receitas	54 957	297 793	520 606	324 201	196 396	217 298	311 619	284 207	339 378	337 600	226 776	264 360	3 375 191
Fundo de pensões	62 656	58 791	69 636	67 063	67 334	68 321	58 507	66 341	58 601	68 565	68 388	129 094	843 298
Pagamentos	**1 957 478**	**1 170 563**	**1 585 444**	**1 656 411**	**1 226 948**	**1 189 098**	**2 072 226**	**942 591**	**1 651 076**	**2 252 809**	**1 193 787**	**1 203 043**	**18 101 473**
Seguros	194 174	187	250 130	138 349	1 399	249 518	129 500	3 095	333 567	126 158	126 158	75 184	1 627 421
Fornecedores C/C	1 139 638	403 506	565 563	775 853	390 724	220 809	622 799	287 987	388 351	691 408	168 939	187 543	5 843 120
Fornecedores de investimentos	6 027	62 828	79 709	20 679	38 717	0	503 566	1 574	362 685	771 441	70 072	22 364	1 939 662
Outros credores	81 613	74 429	147 031	185 638	136 286	50 212	165 756	95 613	60 356	152 558	84 213	226 740	1 460 446
Recursos humanos / Seg.Social/IRS/FCT	352 770	322 119	330 053	324 945	329 428	452 525	416 064	300 708	306 625	301 453	442 253	423 500	4 302 441
Impostos	1 063	58 791	35 494	34 237	85 473	44 699	65 670	10 879	33 871	12 208	54 888	35 302	472 577
Pagamentos diversos	19 104	20 806	17 067	15 660	13 128	16 538	11 944	8 468	16 720	26 573	14 095	16 003	196 106
Membros fundo social	6 592	7 651	6 989	6 909	6 909	6 909	6 688	6 612	6 860	6 580	6 860	6 720	82 278
Entregas fundo de pensões	62 656	58 791	69 636	67 063	67 334	68 321	58 507	66 341	58 601	68 565	68 388	129 094	843 298
Financiamentos	73 416	152 212	68 045	72 311	146 438	68 431	77 234	153 261	69 643	76 288	148 443	69 661	1 175 384
Outros gastos financeiros	20 427	9 243	15 726	14 768	11 109	11 136	14 497	8 054	13 797	19 577	9 478	10 930	158 740
Balanço mês	**387 472**	**-171 085**	**-47 624**	**-29 739**	**-69 962**	**-74 109**	**-494 780**	**-34 019**	**-292 966**	**-137 747**	**-138 088**	**-21 775**	**-1 124 422**
Saldo em bancos em 31/12/2016 **61 614**													
Saldo em bancos	**449 086**	**278 001**	**230 377**	**200 638**	**130 676**	**56 567**	**95 614**	**61 595**	**118 629**	**274 167**	**136 079**	**114 305**	**-1 124 422**
Novo Banco	607	589	571	553	536	518	500	482	464	446	429	411	
CGD 1	1 304	1 419	1 419	2 039	3 570	5 174	5 174	5 174	5 570	7 064	7 064	7 064	
CGD 2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	908	908	908	
Banco Comercial Português 1	276 455	144 553	111 303	89 662	58 212	7 429	12 231	7 957	41 283	100 836	31 553	17 018	
Banco Comercial Português 2	7 433	8 893	10 379	11 912	13 364	14 935	16 493	21 208	19 547	21 057	23 022	24 546	
Banco Comercial Português 3	16 222	9 645	7 478	20 584	8 558	17 669	10 234	15 145	2 940	11 473	12 087	16 200	
Banco BPI, SA	5 384	6 972	8 329	11 478	3 915	3 238	10 346	5 670	2 451	6 770	7 176	3 318	
Banco BPI, SA (Conta JESSICA)	569	683	683	683	1 525	1 525	1 525	1 308	1 308	1 308	388	388	
Banco Santander Totta	141 113	105 247	90 214	63 725	40 996	6 078	39 110	4 651	45 065	124 304	53 451	44 451	
ACUMULADO MÊS	**449 086**	**278 001**	**230 377**	**200 638**	**130 676**	**56 567**	**95 614**	**61 595**	**118 629**	**274 167**	**136 079**	**114 305**	**114 305**

A apreciação da posição financeira da Ordem no decorrer do período de 2017 deverá ser complementada pelo montante da utilização dos valores disponíveis das contas correntes caucionadas, o qual ascendeu, em 31 de dezembro de 2017, a um total de 1 846 000 euros, a saber:

- Banco Comercial Português, S.A.: 496 000 euros;
- Banco BPI, S.A.: 500 000 euros;
- Banco Santander Totta, S.A.: 850 000 euros.

15.4 – Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

Fundos patrimoniais	31/12/2017	31/12/2016
Fundos	15 028 522	15 013 431
Resultados transitados	-233 647	-116 503
Reservas fundo de solidariedade social	167 722	179 648
Outras variações nos fundos patrimoniais	20 000	20 000
Resultado líquido do período	799 438	201 946
Total	**15 782 035**	**15 298 522**

De salientar que durante o período de 2017, 28 membros beneficiaram do fundo social, no total de 82 278 euros. No período de 2016 beneficiaram do fundo social 31 membros, totalizando 70 352 euros.

15.5. Fundo de pensões

Na rubrica «Outros passivos correntes» (nota 11.1) mantém-se reconhecido o montante de 250 000 euros, relativo à contribuição para o fundo de pensões, cujo valor será entregue logo que exista disponibilidade financeira.

15.6 Divulgações exigidas por diplomas legais

O Conselho Diretivo informa que a Ordem não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Conselho Diretivo informa que a situação da Ordem perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados em 2017 pelos revisores oficiais de contas foram de 10 000 euros (IVA excluído), referentes a serviços de revisão legal de contas.

15.7 Eventos subsequentes

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras (31/12/2017) e a data de autorização para a sua emissão (3/04/2018) não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período, para além das situações elencadas na nota 9 deste anexo.

15.8 Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho Diretivo e autorizadas para emissão em 3 de abril de 2018.

Lisboa, 3 de abril de 2018

CC n.º 7 605	Conselho Diretivo						
	Bastonária	Vice-presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
Ana Teresa Pina	Paula Franco	Filomena Felgueiras Moreira	José Pedro Ganchos Farinha	Manuel Madeira Teixeira	Joaquim Jorge Barbosa	Álvaro Jorge da Silva Costa	Ana Cristina Pena Silva

XIV RELATÓRIO ANUAL DA ATIVIDADE DO CONSELHO FISCAL

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1. Introdução e âmbito

O presente relatório, relativo à atividade do Conselho Fiscal ("CF") referente ao período findo em 31 de dezembro de 2017 ("relatório"), é elaborado nos termos do disposto na alínea d) do art.º 62.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), aprovado pela Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, o qual estabelece que o CF elabora, obrigatoriamente numa base anual, um relatório da sua atividade, a apresentar à Assembleia Representativa de aprovação de contas do referido período.

O relatório inclui a descrição dos procedimentos de fiscalização executados pelo CF, designadamente os estabelecidos nas alíneas a), b) e c) do art.º 62.º do EOCC, relativos à fiscalização do cumprimento do plano de atividades e do orçamento, ao exame dos documentos e dos registos da contabilidade da Ordem e à emissão do parecer sobre o Relatório e Contas do Conselho Diretivo ("CD").

Nos termos da alínea c) do artigo referido, o "*Parecer do Conselho Fiscal*" foi emitido em documento autónomo, em 11 de abril de 2018.

Com exceção da emissão de Parecer do CF sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o período de 2018 (ponto 2.6 abaixo), o CF não emitiu outros pareceres nos termos da alínea e) do mesmo artigo.

De acordo com o disposto na alínea f) do artigo em apreço, a organização interna do CF obedece a um Regimento que, em virtude da data em que tomámos posse e em função das prioridades que imperiosamente houve que estabelecer, se encontra em elaboração.

Durante o período de 2017 e até à data de cessação das suas funções o CF realizou 21 reuniões. O CF atual, desde a tomada de posse em 5 de março de 2018 até à presente data, realizou cinco (5) reuniões de dois (2) dias cada.

2. Procedimentos de fiscalização

2.1. Início de funções do CF para o quadriénio de 2018 a 2021

Os atuais membros do CF foram eleitos para o quadriénio 2018 a 2021 e tomaram posse em 5 de março de 2018, não sendo, portanto, possível o exercício da atividade fiscalizadora ao longo do período findo em 31 de dezembro de 2017. A mitigação desta limitação foi efetuada tomando conhecimento dos procedimentos desenvolvidos, quer pelo CF eleito para o mandato de 2014 a 2017, quer pelo auditor responsável pela revisão legal de contas do período de 2017.

2.2. Procedimentos desenvolvidos pelo CF eleito para o quadriénio de 2014 a 2017

O CF em funções procedeu à revisão das atas lavradas e subscritas pelo CF anterior referentes ao período de 2017 e até à data de tomada de posse dos novos órgãos sociais. Dessa revisão, observou-se que o CF cessante efetuou um conjunto de procedimentos que incluíram a leitura das atas do Conselho Diretivo (CD), a análise documental, por amostragem, à contabilidade e a análise dos balancetes analíticos e execuções orçamentais de base mensal.

Verificámos, ainda, que o CF cessante emitiu, em 2 de março de 2018, o "*Relatório Anual da Atividade Fiscalizadora de 2017*", abarcando os procedimentos por si executados, bem como aqueles que não foram possíveis realizar, na medida em que, no momento da cessação das suas funções, os documentos necessários à execução dos procedimentos não se encontravam ainda disponíveis, designadamente, o Relatório e Contas do período findo em 31 de dezembro de 2017.

Recebemos do CF anterior os esclarecimentos solicitados relativos às atividades de fiscalização efetuadas no decurso do período de 2017.

2.3. Comunicação com o auditor responsável pela revisão legal de contas

A revisão legal de contas a que a Ordem está sujeita nos termos do art.º. 12º do Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março, foi contratada à "*Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.*" ("auditor"), com sede em Lisboa, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 23 e na Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários sob o n.º 20161381.

Estabelecemos comunicação com o auditor, incluindo a realização de reunião para discussão das matérias significativas de auditoria, designadamente, a compreensão do sistema de controlo interno relevante para a auditoria, o conhecimento dos níveis de materialidade de auditoria considerados, as áreas identificadas como suscetíveis a risco de distorção material, os procedimentos de auditoria desenvolvidos e as respetivas conclusões.

Em resultado desta comunicação, e tomando em consideração o teor do ponto 2.4 abaixo, não nos foram comunicadas quaisquer exceções com impacto sobre as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017, nem quaisquer acontecimentos subsequentes até à data que careçam de eventual divulgação e ou ajustamento àquelas demonstrações financeiras.

Não obstante, quer através da comunicação estabelecida com o auditor, quer através de indagações efetuadas ao CD e aos serviços da Ordem, obtivemos conhecimento que a formalização do sistema de controlo interno da Ordem data de há mais de uma década, carecendo, portanto, de revisão.

2.4. Certificação Legal das Contas

Apreciámos o conteúdo da Certificação Legal das Contas, emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas contratada para realizar a revisão legal de contas da Ordem com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2017, a qual foi emitida em 10 de abril de 2018, com opinião não modificada (sem reservas) e sem ênfases.

2.5. Execução do Plano de Atividades e do Orçamento (PAO) do período de 2017

Face ao preceituado na alínea a) do art.º 62.º do EOCC, o CF deve fiscalizar o cumprimento do plano de atividades e do orçamento da Ordem.

O Relatório e Contas do período de 2017 apresentado pelo CD, inclui informação relativa a rendimentos e gastos desagregados quanto à sua natureza, apresentando os respetivos desvios face ao orçamentado e as justificações referentes aos principais desvios ocorridos, as quais nos parecem adequadas.

2.6. Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o período de 2018

Não obstante o art.º 62.º do EOCC não estabelecer a obrigação do CF emitir parecer sobre o PAO para o período de 2018, foi o mesmo solicitado pelo CD, tendo sido produzido documento autónomo datado de 11 de abril de 2018.

2.7 Outros Procedimentos

Foram desenvolvidos, ainda, os seguintes procedimentos:

a) Leitura das atas do CD do período de 2017 até à presente data;

b) Indagações efetuadas junto do CD e dos responsáveis pela área contabilística e financeira;

c) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras apresentadas pela Ordem, de acordo com a normalização contabilística aplicável às Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL);

d) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte;

e) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas da Ordem, bem como da sua divulgação no Anexo; e

f) Análise do Relatório e contas referente ao período findo em 31 de dezembro de 2017, o qual descreve as atividades dos Órgãos da Ordem, bem como dos seus Departamentos e Comissões.

2.8 Recomendações

Em consequência da fiscalização efetuada, entendemos emitir as seguintes recomendações:

1. Proceder à atualização do Sistema de Controlo Interno (SCI) da Ordem, tendo em vista a implementação de procedimentos de controlo alinhados com as melhores práticas organizacionais; e

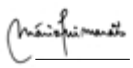
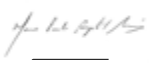
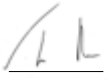
2. Tendo em vista a obtenção de uma visão mais integrada da informação financeira previsional da Ordem, nomeadamente ao nível do desempenho, da posição financeira e das alterações na posição financeira, incluir no PAO o balanço previsional e a demonstração dos fluxos de caixa previsional.

3. Nota final

Finalmente, o CF agradece ao CD e aos serviços da Ordem toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 11 de abril de 2018.

Conselho Fiscal,

Presidente	Vogal	ROC
		
Mário da Cunha Guimarães	Mário Paulo Baptista Cabêda	Sérgio Leonel Pinto da Costa Pontes

XV PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em conformidade com as disposições legais e estatuárias, apresentamos o nosso Parecer sobre o Relatório e Contas da Ordem dos Contabilistas Certificados ("Ordem") relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2017, cuja elaboração e apresentação é da responsabilidade e competência do Conselho Diretivo.

Os atuais membros do Conselho Fiscal foram eleitos para o quadriénio 2018 a 2021 e tomaram posse em 5 de março de 2018, tendo recebido do Conselho Fiscal anterior os esclarecimentos necessários relativos às atividades de fiscalização efetuadas no decurso do exercício das suas funções.

Desde a data em que tomámos posse, acompanhámos a evolução da atividade da Ordem, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatuário em vigor, conforme consta detalhadamente no "*Relatório Anual da Atividade do Conselho Fiscal referente ao período findo em 31 de dezembro de 2017*", tendo recebido do Conselho Diretivo e dos serviços da Ordem todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos as demonstrações financeiras da Ordem, que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 29.652.806 euros e um total de fundos patrimoniais de 15.782.035 euros, incluindo um resultado líquido do período de 799.438 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, relativas ao período findo naquela data.

Adicionalmente, analisámos o Relatório de Atividades do período de 2017, o qual inclui uma proposta de aplicação do resultado líquido do período.

Apreciámos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas, emitida pelo Sociedade de Revisores Oficiais de Contas contratada para realizar a revisão legal de contas com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2017, a qual foi emitida em 10 de abril de 2018, com opinião não modificada (sem reservas) e sem ênfases.

De realçar que, não chegou ao nosso conhecimento qualquer situação material que desrespeitasse os estatutos ou os preceitos legais aplicáveis.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Representativa:

1. Aprove os documentos de prestação de contas do período de 2017, tal como foram apresentados pelo Conselho Diretivo; e

2. Aprove a aplicação do resultado líquido do período proposta pelo Conselho Diretivo.

Finalmente, o Conselho Fiscal agradece ao Conselho Diretivo e aos serviços da Ordem toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 11 de abril de 2018.

Conselho Fiscal,

Presidente	Vogal	ROC
Mário da Cunha Guimarães	Mário Paulo Baptista Cabêda	Sérgio Leonel Pinto da Costa Pontes

XVI CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
CARLOS DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 29.652.806 euros e um total de fundos patrimoniais de 15.782.035 euros, incluindo um resultado líquido de 799.438 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações do fundo patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a Opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do Órgão de Gestão e do Órgão de Fiscalização pelas Demonstrações Financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório da direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

• identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

• obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

• avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

• concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião.

As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

• avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e;

• comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário, planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório da direção com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros Requisitos Legais e Regulamentares sobre o Relatório da Direção

Em nossa opinião, o relatório da direção foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 10 de abril de 2018

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, Lda.

Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus,
ROC n.º 1 056

ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS
MCMXCV

70 443 membros

A maior Ordem profissional portuguesa.

www.occ.pt

Avenida Barbosa du Bocage, 45 | 1049-013 Lisboa
Tel. 217 999 700 Fax. 217 957 332 Email geral@occ.pt
www.occ.pt